

XXVIII CICLO DE ESTUDOS HISTÓRICOS UESC

CEM ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA: HISTÓRIA,
HISTORIOGRAFIA E ENSINO

ЛЕНГИЗ



ЛЕНГИЗ

© A. Rodchenko – W. Stepanova Archive

6 a 8 Novembro 2017
Ilhéus - Bahia

Auditórios **PAVILHÃO DE DIREITO**
PAVILHÃO MAX DE MENEZES

Inscrições e Programação: <https://xxviiiicloestudoshistoricos.blogspot.com.br>
Envio de Trabalhos: xxviiiicloestudoshistoricos@gmail.com



CADERNO DE RESUMOS

Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC

Ciclo de Estudos Históricos da UESC

CADERNO DE RESUMOS

XXVIII Ciclo de Estudos Históricos: *Cem Anos da Revolução Russa: História,
Historiografia e Ensino*
6 a 8 de novembro de 2017



Ilhéus-Ba
2017.

XXVIII Ciclo de Estudos Históricos: *Cem Anos da Revolução Russa: História, Historiografia e Ensino*
6 a 8 de novembro de 2017

Realização

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
Departamento de Filosofia e Ciências Humanas (DFCH-UESC)
Colegiado de História da UESC
Laboratório de Ensino de História e Geografia (LAHIGE-UESC)
Apoio: Centro Acadêmico Índio Caboclo Marcelino; Universidade federal do Sul da Bahia;
Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia-Ba, Campus Ilhéus

Comissão Organizadora

Robson Norberto Dantas – Coordenador-geral (UESC)
Anna Lúcia Côgo (UESC)
Graciela Gonçalves Rodrigues (UESC)
Isabel Maria de Jesus Pacheco (UESC)
Teresinha Marcis (UESC)
Ian Lopes de Jesus (Discente/UESC)
Márcio Gabriel Ferreira Santana (Discente/UESC)
Bernaldo Silva Neto (Técnico/DFCH/UESC)

Comissão Científica:

André Luiz Rosa Ribeiro – UESC
Carlos Alberto Oliveira de Oliveira - UESC
Fábio Pessanha Bila – UESC
Girleney Santos Araújo – UFS
Madson Mendes dos Santos – Faculdade de Santo Agostinho
Mary Ann Mahony - Central Connecticut State University – Bolsista Fulbright Scholar.
Teresinha Marcis – UESC

Caderno de resumos

Teresinha Marcis

Design Gráfico do cartaz: Humberto Bruno Santos de Moura – Discente de História – UESC.

Observação: A adequação técnico-linguística dos textos é de responsabilidade dos autores.

Ciclo de Estudos Históricos da UESC. **XXVIII CICLO DE ESTUDOS HISTÓRICOS: *Cem Anos da Revolução Russa: História, Historiografia e Ensino*. Ilhéus-Ba: UESC/DFCH: Data: 06 a 08 de novembro de 2017. CADERNO DE RESUMOS. Ilhéus-Ba: Editus. 2017. 51p.**

Página do evento: <http://www.uesc.br/eventos/cicloshistoricos/>

Blog do evento: <https://xxviiiicicloestudoshistoricos.blogspot.com.br/>

ISSN: 2177-2983

APRESENTAÇÃO

O Ciclo de Estudos Históricos é um evento acadêmico tradicional da UESC e tem se consolidado como espaço de discussão a respeito dos vários aspectos que envolvem a formação e as práticas dos profissionais de história, seja na educação, na pesquisa ou na promoção cultural. Além de promover o debate de temas pertinentes, com a participação de profissionais de destaque no cenário acadêmico nacional, o Ciclo de Estudos Históricos tem se constituído numa vitrine para os pesquisadores da região, que têm nas sessões de comunicações um canal de troca de experiências e resultados de pesquisas.

Na sua vigésima oitava edição, o Ciclo propõe discutir, nós, docentes e estudantes, do Curso de História do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Santa Cruz, ao organizarmos o XXVIII Ciclo de Estudos Históricos escolhemos o tema *Cem Anos da Revolução Russa: História, Historiografia e Ensino* por considerá-lo como marco histórico mundial e oportuno para o momento crítico em que vivemos no Brasil, de supressão de direitos sociais, de ataque à autonomia das universidades e das escolas públicas, sendo assim, esperamos que o evento seja uma oportunidade para o debate sobre a conjuntura brasileira e internacional, de retrocesso e de conservadorismo, tendo como referência o passado e os projetos vencedores e derrotados nos embates de Outubro de 1917 na Rússia.

PROGRAMAÇÃO:

HORÁRIO	06/11/17 – 2ª FEIRA	LOCAL
8h-12h	Credenciamento	Entrada do Pavilhão Adonias Filho, 2º andar
9h-12h	Cinema Russo	Sala de reuniões do DFCH
	Intervalo – Exposição	
14h-18h	Comunicações Coordenadas (I)	Salas de aulas do Pavilhão Adonias Filho – DFCH
	Intervalo – Exposição	
18h30mi n.-19h30min	Abertura do XXVIII Ciclo de Estudos Históricos	Auditório Juizado Modelo
19h30mi n.- 21h30min	Conferência de abertura : Tema: “Avanços e debilidades do processo soviético: elementos para uma análise materialista histórica neste início de século XXI” Conferencista: Dr. Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida (PUC-SP)	Auditório Juizado Modelo
HORÁRIO	07/11/17 – 3ª FEIRA	LOCAL
8h-12h	Mesa-redonda Tema: “Ousar vencer: quando os trabalhadores tiveram todo o poder” • Dr. Eurelino Teixeira Coelho Neto (UEFS) • Ms. Marcelo da Silva Lins (UESC) Mediação: Ian Lopes de Jesus (UESC/CAHIS)	Auditório Juizado Modelo
	Intervalo – Exposição	
14h-18h	Comunicações Coordenadas (II)	Salas de aulas do Pavilhão Adonias Filho – DFCH
	Intervalo – Exposição	
19h30mi n.-21h30min	Mesa-Redonda: Tema: “Comunismo e Revolução” • Dr. Glauco Ribeiro Tostes (UENF) • Dr. Guilherme Fóscolo (UFSB) Mediadora: Dra. Francismary Alves da Silva (UFSB)	Auditório Juizado Modelo
HORÁRIO	08/11/17 – 4ª FEIRA	LOCAL
8h-11h	Minicurso 1: “De Tchernobyl ao Césio 137: a História Ambiental e a questão nuclear” Ministrantes: Dra. Janaina Zito Losada (UFSB); Dra. Francismary Silva (UFSB).	Sala de reuniões do DFCH
9h-12h	Minicurso 2: “O Anarquismo na Revolução Russa” Ministrante: Dr. Felipe Corrêa (USP / Mackenzie)	Auditório Pavilhão Max de Menezes
	Intervalo – Exposição	
14h-18h	Comunicações Coordenadas (III)	Salas de aulas
14h-17h	Oficinas: Tema: “Revolução Russa: história e ensino” Coordenação: professoras supervisoras do PIBID	Salas de aulas
	Intervalo – Exposição	
19h-21h30min.	Conferência de encerramento Tema: “A Revolução das Mulheres, a emancipação feminina na Rússia Soviética” Conferencista: Dra. Graziela Schneider Urso (USP)	Auditório do Pavilhão Max de Menezes

Exposição 1: “A recuperação do acervo da Sociedade Montepio dos artistas de Itabuna” - Local: CEDOC.

Exposição 2: “Lembrar é resistir: histórias de controle, perseguição e violência na Ditadura Militar”. Local: Pavilhão Adonias Filho, térreo, CEU. **Coordenação:** Dr. Philipe Murilo Santana de Carvalho (IFBA-Ilhéus)

Sessões de Comunicação

Data	Sessão	Nº Trabalhos	Sala
06/11 – 2ª feira Horário: 13h:30- 17h:30	Sessão de Comunicação 1: HISTÓRIAS DA RELIGIÃO E RELIGIOSIDADE EM PERSPECTIVA	T 06	Sala de Aula: Pav. Adonias Filho
	Sessão de Comunicação 5: ETNICIDADE E RESIGNIFICAÇÕES IDENTITÁRIAS	T 07	Sala de Reuniões do DFCH
	Sessão de Comunicação 7: MOVIMENTOS POLÍTICOS E SOCIAIS: NARRATIVAS E DISPUTAS	T 08	Auditório do Juizado Modelo - Direito
07/11 – 3ª feira Horário: 13h:30- 17h:30	Sessão de Comunicação 3: HISTORIAS DE MULHERES: EMBATES SOCIAIS E CULTURA POLÍTICA (II)	T 07	Sala de Reuniões do DFCH
	Sessão de Comunicação 4: MEMÓRIA E HISTÓRIA DO DISCURSO	T07	Auditório do Juizado Modelo - Direito
08/11 - 4ª feira Horário: 13h:30- 17h:30	Sessão de Comunicação 2: ESCOLA, ENSINO E POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO: SABERES E PRÁTICAS ESCOLARES EM DISPUTA	T 07	Sala de Reuniões do DFCH
	Sessão de Comunicação 6: HISTÓRIAS DE CONSTRUÇÃO E SIGNIFICAÇÃO DO URBANO	T 09	Auditório Max Meneses

Sumário

Sessão de Comunicação 1: HISTÓRIAS DA RELIGIÃO E RELIGIOSIDADE EM PERSPECTIVA - Coordenador: Girleney Santos Araújo – UFS.	10
O INSTITUTO DE TEOLOGIA DE ILHÉUS E OS REFLEXOS DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO ENTRE 1978 E 1988. Clériston Júnior.....	10
O SÍNODO DE MEDELLÍN E A DIOCESE DE ILHÉUS (1968-1979). Lucas Gonçalves Melgaço.....	11
OS BATISTAS COMO PARTE DO PROTESTANTISMO BRASILEIRO. Madson Almeida Ataide	11
FREGUESIA DE SÃO BOAVENTURA DO POXIM DE CANAVIEIRAS – BAHIA: 300 ANOS DE HISTÓRIA E FÉ. <i>Oslan Costa Ribeiro</i>	12
APOCALYPSE NOW: Viagem pelo lado escuro do humano. Álvaro Santos da Silva.	13
A IDENTIDADE INDÍGENA E ATRATIVIDADE TURÍSTICA NA COSTA DO DESCOBRIMENTO. Juliana Ferreira dos Santos – USP; Girleney Santos Araújo – UFS	14
Sessão de Comunicação 2: ESCOLA, ENSINO E POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO: SABERES E PRÁTICAS ESCOLARES EM DISPUTA. Coordenador: Carlos José Ferreira.	15
DEZ ANOS DA LEI 10.639/03: O QUE MUDOU NAS REPRESENTAÇÕES SOBRE A ESCRAVIDÃO NO LIVRO DIDÁTICO. Caio Pinheiro Oliveira.....	15
ESCOLA SEM PARTIDO. Alexsandro Barreto do Nascimento (UESC).	16
A LEI 10639/03 E O ENSINO DA HISTÓRIA E DA CULTURA AFROBRASILEIRA: Uma Análise Sobre a Implantação da Lei 10639/03 na Escola de Ensino Médio do Município de Arataca no período de 2010 a 2015. Carla Fernanda Santos Lima.....	16
A COISA EM “CHECK”: REFLEXÕES SOBRE A TEORIA DO ESCRAVO-COISA NO ENSINO DE HISTÓRIA. Marcos Carvalho.....	17
O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA E A REPRESENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL. Uma análise crítica e discursiva. Laís da Silva Martins	18
A CONSTRUÇÃO DA IDEOLOGIA DE GRUPO. Vanessa Souza Fernandes ¹	19
Sessão de Comunicação 3: HISTÓRIAS DE MULHERES: EMBATES SOCIAIS E CULTURA POLÍTICA. Coordenador: Fábio Pessanha Bila	19
1917 E AS MULHERES: A GREVE DAS TECELÃS E A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA REVOLUÇÃO RUSSA. Luna Oliveira Pereira; Mariane Oliveira Nunes.	19
A CORTESÃ DO IMPÉRIO: O COTIDIANO DA PROSTITUIÇÃO NO RIO DE JANEIRO EM “LUCÍOLA” (1862). Renato Drummond Tapioca Neto.....	20
MULHERES MISSIVISTAS NA CAMPANHA CIVILISTA: A ÁRDUA BATALHA DE VENCER O CONFINAMENTO DOMÉSTICO PARA PARTICIPAR E OPINAR NO PLEITO ELEITORAL DE 1909-1910. Maiane Cruz Rocha	21
JORNAL MOMENTO FEMININO (1947-1956): HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA. Alane Sousa Ferreira.....	22

FEMINICÍDIO NA CIDADE DE ILHÉUS ENTRE 2010 E 2015. Vanessa Tavares Nascimento-UESC.....	23
A EXPERIÊNCIA EMANCIPATÓRIA: UMA REAVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO, DE KOLLONTAI À BAMBIRRA. Elisabeth Zorgetz Loureiro	24
AS SÉRIES DE TV COMO FERRAMENTA DE REFLEXÃO SOCIAL: ABORDAGENS FEMINISTAS EM “ANNE WITH AN E” E “THE HANDMAID’S TALE”. Ana Paula Gonçalves Viana	24
MEMÓRIAS DA CIDADE: PARTEIRAS DE IBICARAÍ (1952-1981) . Camila Nunes Sena Silva ; Rosana dos Santos Lopes	25
MEMÓRIA E HISTÓRIA: UM ESTUDO SOBRE A CASA DE HENRIQUETA PRATES. Fernanda Kelly Rodrigues Ferreira; Madson Mendes dos Santos	26
Sessão de Comunicação 4: MEMÓRIA E HISTÓRIA DO DISCURSO. Coordenação: Madson Mendes dos Santos ; Mary Ann Mahony.	27
UM LUGAR DE MEMÓRIA: UMA ANÁLISE SOBRE A RESIDÊNCIA DO CORONEL GUGÉ – VITÓRIA DA CONQUISTA-BA. Palanda Farias Brito; Madson Mendes dos Santos	27
MEMÓRIA COLETIVA, PATRIMÔNIO CULTURAL E ARQUITETURA: UMA ANÁLISE SOBRE O CASO DE VITÓRIA DA CONQUISTA. Caroline Barros Moitinho; Madson Mendes dos Santos	28
A HISTÓRIA COMO MEMÓRIA: UM BREVE ESTUDO SOBRE O PASSADO E SUA RECONSTRUÇÃO ATRAVÉS DA ARQUITETURA. Larissa Silva Fernandes; Madson Mendes dos Santos	28
MEMÓRIA E DISCURSO: UM ESTUDO SOBRE POLÍTICAS AMBIENTAIS NA COMARCA DE ILHÉUS – SÉCULO XVIII. Madson Mendes dos Santos	29
ENTRE A BALA E O DISCURSO: O CANGAÇO LAMPIÔNICO NA BAHIA (1928-1940). Mateus Santos Britto	30
Sessão de Comunicação 5: ETNICIDADE E RESIGNIFICAÇÕES IDENTITÁRIAS. Coordenador: André Luiz Rosa Ribeiro.....	31
OS BOTOHUDOS NOS RELATOS DE VIAGEM DO SÉCULO XIX ATRAVÉS DO OLHAR DOS VIAJANTES MAXIMILIANO DE WIED-NEUWIED E SPIX E MARTIUS. Marcone Santos Lopes.....	31
ÍNDIOS ESCRAVIZADOS NA BAHIA SETECENTISTA. Rafael dos Santos Barros	32
FRENTE DE EXPLORAÇÃO PARA O SUL: A COLONIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DE COMANDATUBA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX. Jaqueline dos Santos Souza....	32
O QUILOMBO DA RUA DE PALHA: HISTÓRIA, MEMÓRIA E ETNICIDADE. Polline Almeida de Oliveira	33
FACES DE SINCRETISMO NO CANDOMBLÉ ANGOLA: UM OLHAR SOBRE O “UNZÓ DE MUTAKALAMBO: O GRANDE CAÇADOR” Samuel da Silva Costa.....	34
OLHARES SOBRE A RELIGIOSIDADE NEGRA NA BAHIA: ENTRE A IMPRENSA E A ACADEMIA (1930-1950). André Luiz Rosa Ribeiro	35
Sessão de Comunicação 6: HISTÓRIAS DE CONSTRUÇÃO E SIGNIFICAÇÃO DO URBANO. Coordenador: Carlos Alberto Oliveira de Oliveira.	36

JEQUIÉ, O SERTÃO ALAGADO: Modificações e permanências no traçado urbanístico da cidade ocasionados pela cheia do Rio de Contas em 1914. Matheus da Silva Ferreira, UESC.	36
MORFOLOGIA DA PRIMEIRA VILA DE ILHÉUS, NO OUTEIRO DE SÃO SEBASTIÃO (SÉCULOS XVI-XIX): ANÁLISE DOCUMENTAL E GEORREFERENCIAMENTO. Iuri Dantas da Silva Andrade – UESC.....	37
UM CAIS DE PORTO: UM ESTUDO SOBRE A ASCENSÃO E O DECLÍNIO DO PORTO DO PONTAL DE ILHÉUS (1911 – 1942). André Fontes Dantas	37
UM “VAGABUNDO” INCOMODA MUITA GENTE, UMA CÁFILA INCOMODA MUITO MAIS: <i>OS MENORES ABANDONADOS DE ILHÉUS (1917-1930)</i> . Tiago Casaes Santos	38
AS “CONVENIÊNCIAS TÁTICAS” NA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: EXPERIÊNCIAS DE MORADIA NA FORMAÇÃO DO BAIRRO JOÃO SOARES – ITABUNA. Rodrigo de Oliveira Lelis.....	39
ILHÉUS: A CIDADE QUE SE CONHECE, A CIDADE QUE NÃO SE QUER (RE) CONHECER (1924-1927). Igor Campos Santos (UESC)	40
UM CAIS DE PORTO: UM ESTUDO SOBRE A ASCENSÃO E O DECLÍNIO DO PORTO DO PONTAL DE ILHÉUS (1911 – 1942). André Fontes Dantas	41
MORFOLOGIA URBANA DA VILA DE ILHÉUS (SÉCULO XVIII-XIX): ANÁLISE DOCUMENTAL E GEORREFERENCIAMENTO. Ruana Alencar Oliveira.....	42
ELEIÇÕES NA CIDADE DE ITABUNA-BA: 2016. Carlos Alexandre Lima Reis e Teresinha Marcis.....	42
EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE ITAMARI-BAHIA (1940 – 1962). Sávio Leal Oliveira.....	43
Sessão de Comunicação 7: MOVIMENTOS POLÍTICOS E SOCIAIS: NARRATIVAS E DISPUTAS.	
Coordenador: Carlos Alberto Oliveira de Oliveira.....	44
O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE NÍVEL SUPERIOR NO EIXO ILHÉUS – ITABUNA – BA: O processo de estadualização da FESPI. João José dos Santos.....	44
<i>OPINIÃO QUE INCENDEIA: DISCURSOS SOBRE HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA NO JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA (1978-1981)</i> . Thasio Fernandes Sobral	45
AS INFLUÊNCIAS DA III INTERNACIONAL COMUNISTA NA POLÍTICA DO PCB DE 1928 À 1934. Brenno Damasceno Varjão Carvalho; Luiz Henrique dos Santos Blume	46
O ESCRACHO COMO PRÁTICA NO SINDICATO DOS COMERCIÁRIOS DE ITABUNA-BA (1994-2005). Marcelo Fontes Assunção (UESC).....	47
O MOVIMENTO NEGRO E A MÚSICA, ESTILO RAP, PÓS REGIME MILITAR. Lanna Sáskia da Paixão Santos	48
“QUANDO A GENTE TAVA MODA”: LAZER, IDENTIDADE E MEMÓRIA NA CENA <i>BLACK BAHIA DO SUL (1970 - 1989)</i> . Josielle Santana dos Santos.....	49
A SOCIEDADE MONTEPIO DOS ARTISTAS DE ITABUNA NO ESTADO NOVO (1937-1945) . Cristina Jesus dos Santos	50
“MAIS FORTES SÃO OS PODERES DO POVO”: METÁFORA, MÚSICA E REVOLUÇÃO EM “DEUS E O DIABO NA TERRA DO SOL” Clarissa Damasceno Melo.....	50
OUTRAS HISTÓRIAS E MUITAS MEMÓRIAS: breves considerações sobre a Ditadura civil-militar em Ilhéus 1964-1974. Maíza Ferreira dos Santos	51

Sessão de Comunicação 1: HISTÓRIAS DA RELIGIÃO E RELIGIOSIDADE EM PERSPECTIVA - Coordenador: Girleney Santos Araújo – UFS.

O INSTITUTO DE TEOLOGIA DE ILHÉUS E OS REFLEXOS DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO ENTRE 1978 E 19881. Clériston Júnior2

O presente trabalho tem como proposta de investigação científica o estudo do processo de formação sacerdotal da Diocese, analisando, em específico, o Instituto de Teologia de Ilhéus (ITI) em seus anos iniciais. Como recorte temporal, a investigação priorizará o contexto histórico situado entre os anos de 1978 a 1988 (recorte escolhido por ser a data de nascimento do instituto e maior desenvolvimento e efervescência da Teologia da Libertação), sendo, portanto, uma investigação inserida no recorte da história contemporânea da região cacaujeira. Em outras palavras, buscará trazer à baila novas perspectivas de análise da história de um dos maiores e mais antigos Instituto de Teologia e Filosofia do Sul da Bahia, que hoje encontra-se adormecido e caminha, infelizmente, para um possível esquecimento. Justifica-se, a priori, pela escassez de pesquisas pontuais sobre esse centro de formação tão importante da nossa região. Tem como escopo geral, compreender a história, formação e desenvolvimento do Instituto de Teologia de Ilhéus, e como objetivos específicos, dentre outros, investigar a influência da teologia da libertação na sua formação e desenvolvimento, tendo em vista a presença, nas diversas paróquias que compõe a diocese, de movimentos pastorais ligados ao movimento das Comunidades Eclesiais de Base, bem como, contribuir para a preservação da Memória Regional resgatando e explicitando como a história do Instituto vem sendo contada ao decorrer dos anos. Metodologicamente, a presente pesquisa busca, através de procedimentos de revisão bibliográfica, análise de fontes documentais e eclesiais, bem como demais contribuições de atores sociais do Clero Diocesano, trazer à baila novas perspectivas de análise da história de um dos mais antigos Instituto de Teologia e Filosofia do sul da Bahia.

Palavras-chave; Instituto de Teologia de Ilhéus (ITI); Teologia da Libertação; História.

¹ Pesquisa sendo realizada junto ao Curso de Especialização em História do Brasil da UESC.

² Licenciado em Filosofia (FAERPI) e Acadêmico do Curso de Direito (UESC). Aluno do curso de Especialização em História do Brasil (UESC). Matrícula: 201620367. E-mail: ts3irp@gmail.com. Celular: (073) 98198-1367. Ilhéus, Bahia. Orientador (a): Prof. Janete Macedo.

O SÍNODO DE MEDELLÍN E A DIOCESE DE ILHÉUS (1968-1979). Lucas Gonçalves Melgaço³

Em agosto de 1968 foi realizada, em Medellín, a II Conferência Geral do Episcopado Latino Americano, que teve como tema a “Presença da Igreja na atual transformação da América Latina”. Ocasão em que bispos de todo o continente se reuniram a fim de, sob a luz dos ensinamentos do concílio Ecumênico Vaticano II (1962 -1965), refletir sobre a realidade latino-americana. A partir dessas reflexões foram formuladas diversas diretrizes para ação dos católicos naquele novo cenário. Essas reflexões e diretrizes foram distribuídas em vários documentos que tratam de diversos temas, como “Família e demografia”, “Educação”, “Pastoral das massas”, “Formação do clero” e “Meios de comunicação social”. O Sínodo de Medellín, além da importância decorrente de sua própria natureza (uma conferência geral do episcopado), foi importante também por ter inaugurado um período de maior sensibilidade da Igreja em relação às questões sociais, período em que a “opção preferencial pelos pobres” será o lema adotado por uma parcela significativa dos católicos, sejam bispos, padres, religiosos, religiosas ou leigos. Apesar de sua importância, nem todos abraçaram prontamente as suas diretrizes. Alguns se dedicaram ao estudo dos documentos e esforçaram-se por pôr em prática suas propostas, outros as receberam com certa indiferença. Alguns, mais radicais, chegaram a se opor a conferência, acusando-a de promover ideias e propostas não ortodoxas. Através dos documentos disponíveis: cartas pastorais, correspondências do bispo diocesano, relatórios sobre a Igreja local, publicações internas e o período local, pretendemos investigar a repercussão da Conferência de Medellín na diocese de Ilhéus, sua recepção e a efetivação de suas diretrizes, entre os anos de 1968, ano da realização do Sínodo, e 1979, ano da realização da Conferência de Puebla, onde são formuladas novas reflexões e diretrizes.

Palavras-chave: Igreja Católica, Sínodo de Medellín, Diocese de Ilhéus

OS BATISTAS COMO PARTE DO PROTESTANTISMO BRASILEIRO. Madson Almeida Ataíde⁴

Com a importante redescoberta da História Cultural a partir dos anos de 1970, trabalhos acadêmicos envolvendo o fenômeno religioso, visto anteriormente no âmbito acadêmico como algo sem atrativo e desnecessário, tornaram-se relativamente numerosos. Desta forma o estudo da história dos batistas, embora se trate de um grupo religioso, também tem despertado o interesse de pesquisadores que buscam compreender suas concepções de fé ao longo do tempo em meio às sociedades.

Por ocasião da Seleção de Pré-Projetos para o Curso de Especialização em História do Brasil da UESC, em 2016, apresentamos o projeto intitulado OS BATISTAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES EM NOVA CANAÃ (1910 – 1961). Tal projeto, após correções e

³ Graduado em História (UESC).

⁴ Graduando em Especialização em História do Brasil pela UESC. pr.madson@hotmail.com

alterações sofridas ao longo do curso, traz dentre os seus objetivos a Contextualização da trajetória do grupo religioso Batista, a partir do seu estabelecimento no Brasil, como parte do protestantismo brasileiro.

Este trabalho aspira, originalmente, contribuir com parte da história religiosa do grupo Batista na Bahia. Busca apresentar sob o viés da História Cultural, aspectos da trajetória dos batistas no município de Nova Canaã-BA, localizado na microrregião de Vitória da Conquista pertencente à mesorregião do Centro-Sul Baiano, delimitando o marco cronológico do estudo entre os anos (1910-1961), período que compreende o início das atividades deste grupo religioso nesta localidade, bem como, seu desenvolvimento e contribuições até a emancipação deste município.

A Reforma Protestante, importante processo histórico e considerado um dos eventos fundadores da história moderna, completa 500 anos em 2017. Por esta razão propomos, para o Ciclo de Estudos históricos, destacar dentre os objetivos da pesquisa aquele que trata do grupo religioso Batista como parte do protestantismo brasileiro, com o intuito de aprofundá-lo, demonstrando as principais mudanças ocorridas no Brasil, sobretudo com a influência inglesa a partir do início do século XIX, que possibilitou maior tolerância no âmbito religioso e, com isso, a inserção e desenvolvimento de grupos protestantes Brasil.

Após a Guerra de Secessão no EUA em 1865, ocorreu o principal período de deslocamento dos protestantes para o Brasil. Dentre os imigrantes, vindos em sua maioria do Sul do EUA por receio de maus tratos ou prisão pelos do Norte, eram encontrados metodistas, episcopais, presbiterianos e batistas. Entre os colonos americanos que haviam se estabelecido em Santa Bárbara no estado de São Paulo surge, em 1871, a primeira igreja batista no Brasil. Em seguida, com a chegada de missionários batistas vindos dos EUA, a partir de 1881, foi organizada, em 15 de outubro de 1882, a Primeira Igreja Batista na Bahia. Este passo foi decisivo para o desenvolvimento deste grupo no Brasil, especialmente, no interior do estado baiano.

Palavras-chave: Protestantismo, Batista, Brasil.

FREGUESIA DE SÃO BOAVENTURA DO POXIM DE CANAVIEIRAS – BAHIA: 300 ANOS DE HISTÓRIA E FÉ. *Oslan Costa Ribeiro*

Universidade Estadual de Santa Cruz

Essa comunicação apresentará resultados da pesquisa desenvolvida no curso de pós-graduação *Lato Sensu* em História do Brasil (DFCH/UESC) entre 2014-2015, iniciada com bolsa PIBIC/UESC/CNPq, entre 2009-2013, na graduação em História da mesma universidade. A Freguesia de São Boaventura do Poxim de Canavieiras, sul da Bahia, foi criada no dia 11 de abril de 1718, pelo Arcebispo da Bahia, dom Sebastião Monteiro da Vide (1707-1722). São Boaventura (1217-1274), Bispo e Doutor da Igreja, é o santo titular da igreja matriz, padroeiro da paróquia e do município de Canavieiras. Segundo o mito, a dita imagem do santo, esculpida em madeira, em estilo barroco português, medindo quase um metro de altura, foi encontrada por pescadores do Poxim, nas areias da praia, provavelmente fruto de algum naufrágio próximo à costa sul baiana. Não se sabe em que ano isso ocorreu, somente, que essa devoção foi a responsável pelo início do processo que culminou na criação da Freguesia em 1718. É sabido que no Brasil colônia o sistema do padroado fez da coroa portuguesa mantenedora das missões, unindo Igreja e Estado. De tal modo, onde a Igreja estava presente também o Estado era representado, desse modo, a criação da Freguesia de São

Boaventura foi a instituição iniciadora da formação do que viria a ser o Município de Canavieiras em 1832 no Brasil império. A presente pesquisa constatou que além de seu papel importantíssimo de representação da religião em meio às suas ações de missão, desobrigas, celebração de sacramentos (batismos, casamentos, crismas, missas) e festas, a Freguesia fez parte da conjuntura sócio-político desde sua criação, mesmo depois da república e do surgimento do protestantismo na cidade em 1906, continuando a representar no imaginário religioso local uma instituição de fé e poder. O recorte pesquisado foi entre 1903-1932, contando com fontes primárias e secundárias de diversos tipos dos séculos XVIII ao XX. As fontes primárias foram livros de batismo, de tombo paroquial, documentos de fundação de irmandades, manutenção da antiga matriz pelo governo provincial da Bahia, jornais de Salvador e de Canavieiras sobre o processo da construção da nova e atual igreja matriz, sendo fontes secundárias, auxiliando o entendimento da legislação da Igreja na Bahia a partir do século XVIII, as “Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia”, do ano de 1707, escritas e promulgadas pelo mesmo Arcebispo que criou a Freguesia de São Boaventura em 1718. A pesquisa continuará. Impelidos pelo jubileu de 300 anos de criação a ser festejado em 2018 no município e paróquia de Canavieiras, temos a satisfação de apresentar alguns elementos sobre essa instituição religiosa, que na História regional e local promoveu formações e foi transformada, presenciou conflitos sociais e religiosos os mediando à luz da fé e na defesa de seus princípios, sem perder sua identidade, fazendo memória e constituindo um valioso patrimônio material e imaterial religioso no sul da Bahia.

Palavras-chave: História eclesiástica; Igreja católica; Canavieiras-Bahia.

APOCALYPSE NOW: Viagem pelo lado escuro do humano. Álvaro Santos da Silva.

Resumo: O presente trabalho busca analisar uma obra fílmica, Apocalypse Now filme dirigido por Francis Ford Coppola lançado em 1979. O longa-metragem narra a missão do capitão Willard destinado a acabar com o comando do coronel Kurtz que louco encaminha a guerra como bem quer em pleno coração do Camboja. A partir da estética do filme e de conceitos oriundos da psicanálise foi possível destrinchar às diversas metáforas por trás da produção, que nos proporciona discutir o lado escuro contido no humano. O filme retrata um fato histórico: a guerra do Vietnã, porém, o dado histórico representava apenas um pano de fundo para o que realmente Coppola pretendia discutir: a questão da loucura, do conflito na alma humana, dos sentimentos e delírios que cada um de nós tenta negar, mas que em situações de extrema excitação (como guerras) e tensões acabam sendo exteriorizados. Sendo assim, a produção permite observamos duas vias de interpretação: as maldades, destruições e massacres promovidos pela guerra, denotando a irresponsabilidade na promoção do conflito bélico, a corrupção e as mentiras promovidas para justificar as matanças. Assim, como aponta sobre o lado nada agradável do humano, salienta a capacidade que temos de fazer o outro sofrer, sentir prazer em matar e muitas vezes sucumbir à loucura, entregando-se completamente ao nosso lado cruel e sombrio, exemplificado na figura do Coronel Willian E. Kurtz.

Palavras-chave: Cinema. Estética. Metáfora. Loucura. Mal.

Este trabalho visa compreender a identidade indígena, bem como os mecanismos políticos voltados para a inserção do índio como agente produtor de bens materiais e imateriais que possam servir como atrativos turísticos. A cultura da direito à diferença, no que diz respeito ao universo da escolha, da opção e valores, tornando o ser humano singular. Segundo Leff (2000), a cultura é entendida como as formas de organização simbólica do gênero humano e remete a um conjunto de valores, formações ideológicas e sistemas de significação, que orientam o desenvolvimento técnico e as práticas produtivas. O turismo vem proporcionando interferências na vida social, na dinâmica cultural e na identidade local. Há uma tendência do turismo contemporâneo em valorizar os aspectos ligados a cultura, a identidade, ao patrimônio, a autenticidade e a história. A cultura e turismo não são subordinados, mas complementam-se, respeitam-se, interpenetram-se, fazendo com que o turismo respeite a dimensão plural da cultura como também sua renovação.

Conforme identificado por Costa (2005), a cultura indígena na Costa do Descobrimento, Bahia, em suas diferentes situações de contato, encontra-se sob permanente risco da espetacularização ou usurpação pela ação de agentes externos, principalmente meios de comunicação e empresários da atividade turística. As problemáticas que os índios da região enfrentam, principalmente com a prática turística não-sustentável, são muitas. Entre elas destacam-se tráficos de drogas, prostituição, preconceito, condições desiguais de trabalho, desintegração da cultura, pobreza e a transformação de sua identidade.

Com base em Poutgnat e Streiff-Fennar (1998), pode-se dizer que as razões da etnia estão impressas no dia a dia das comunidades enquanto totalidade de indivíduos e em cada pessoa que, por si própria, tenta encontrar seu lugar na complexidade das relações sociais. Contudo, associando os conflitos territoriais do município de Porto Seguro, pode-se dizer que emergem problemáticas como articulações que descrevem a intolerância do ser humano frente às diferenças. Por isso admite-se a urgência de ações políticas que possibilitem o fortalecimento dos grupos étnicos indígenas, que se tornaram desde o período da colonização portuguesa, comunidades oprimidas.

Contudo, considerando com Castells (1999) que os índios situados na Costa do descobrimento detêm atualmente uma identidade de resistência e compõem comunidades desprovidas de instrumentos próprios de defesa de seus interesses e direitos, entende-se que estes necessitam de proteção a partir de legislação especial, principalmente junto ao turismo, que segundo Lage e Milone (2000) é uma atividade que se caracteriza por um processo de trocas tanto de bens simbólicos quanto de bens materiais. Nesse caso, com base nas determinações capitalistas de Marx (1982) conclui-se que o turismo também reproduz a idéia de vencidos e vencedores delimitada por Benjamim (1998).

Palavras-chave: Indígena; Turismo; Costa do Descobrimento.

Sessão de Comunicação 2: ESCOLA, ENSINO E POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO: SABERES E PRÁTICAS ESCOLARES EM DISPUTA. Coordenador: Carlos José Ferreira.

DEZ ANOS DA LEI 10.639/03: O QUE MUDOU NAS REPRESENTAÇÕES SOBRE A ESCRAVIDÃO NO LIVRO DIDÁTICO. Caio Pinheiro Oliveira

(Universidade do Estado da Bahia, email: michellepedro@uol.com.br)

Tendo em vista a centralidade do livro didático no processo de construção das representações acerca do outro, busco analisar neste estudo - em fase de elaboração no âmbito do mestrado em História, Práticas Sociais e Representação -, as mudanças nas representações discursivas e imagéticas sobre a escravidão impressas nos livros didáticos de história no decênio posterior à aprovação da lei 10.639/03.

As questões de pesquisa que ensejaram a proposição deste o exercício analítico são: no transcurso dos dez anos de aprovação da lei 10.639/03 ocorreram mudanças nas representações sobre a escravidão-negra contidas no livro didático de história? Essas mudanças, se ocorridas, contemplaram as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino da História e Cultura africana afro-brasileira? Em que medida aos livros didáticos foram incorporadas abordagens historiográficas que rediscutem as múltiplas facetas da resistência escrava-negra ao arbítrio do sistema escravista?

Considerando que as pesquisas sobre o sistema escravista brasileiro desde os anos 80 do século passado passaram a ser lastreadas teórica e metodologicamente por um novo paradigma historiográfico, almejo ao longo do meu labor investigativo detectar o nível de permeabilidade dos livros didáticos de história às perspectivas derivadas desse novo paradigma, que, entre outras atitudes, questiona a tese da passividade dos escravos frente ao arbítrio do cativo.

Ao enquadrar as modificações ocorridas na historiografia da escravidão dentro de um de contexto de reformulação paradigmática, parto do princípio de que a partir da década de 1980, como parte de um movimento mais amplo que renovação científica da história, foram concebidos postulados, conceitos e métodos de análise que promoveram uma reorientação da maneira pela qual eram feitas as pesquisas sobre a escravidão no Brasil.

Vislumbrando os escravos como sujeitos de transformações e agentes da sua liberdade, a nova historiografia da escravidão ensinada nos anos 80, se insurgia contra uma tradição historiográfica engendrada nos 1960 e 1970 - defensora da tese do “escravo coisa” -, para a qual, as condições extremamente duras do cativo teriam destituídos os escravos da condição de pensar o mundo a partir de categorias e significados sociais próprios, levando os mesmos a reproduzirem valores e visões de mundo dos senhores.

Por isso, tendo em vista essas considerações, para analisar as mudanças e permanências nas representações sobre a escravidão impressas nos livros didático de história publicados entre 2003 e 2013, se fez necessário compreender as origens e características conceituais desse novo paradigma historiográfico que, ao menos no âmbito conceitual, vem impondo aos autores da literatura didática de história a necessidade de reavaliarem suas perspectivas acerca do sistema escravista brasileiro.

Palavras-chave: Representação, Escravidão, Livro didático.

ESCOLA SEM PARTIDO. Alexsandro Barreto do Nascimento (UESC).

O presente trabalho tem como objetivo central a discussão da institucionalização do “Escola sem Partido”, projeto de lei que fere a liberdade de cátedra e o princípio da gestão democrática da escola, violando a Constituição, e ignorando a LDB, que define a autonomia administrativa e pedagógica dos sistemas de ensino e orienta a elaboração de propostas curriculares com base nas diretrizes curriculares, a proposta é fazer um recorte histórico apontando em seguida o discurso moral e político que estão por trás desse projeto. Esse projeto é uma alerta importante de que novos atores políticos estão surgindo com novas agendas e novas modalidades de participação. Nesse nova agenda pensar classe, raça e gênero é de fundamental importância para melhor compreensão da realidade. Sendo assim a pauta ideologia de gênero aparece como assunto proibido, imoral e excluindo os já excluídos da história.

Palavras-chave: escola, partido, gênero.

A LEI 10639/03 E O ENSINO DA HISTÓRIA E DA CULTURA AFROBRASILEIRA: Uma Análise Sobre a Implantação da Lei 10639/03 na Escola de Ensino Médio do Município de Arataca no período de 2010 a 2015. Carla Fernanda Santos Lima⁵

Universidade Estadual de Santa Cruz

Universidade Federal Do Sul da Bahia

O presente trabalho versa sobre o Ensino da História e da Cultura Africana e Afro-brasileira e a sua inserção na prática do ensino de história após a promulgação da Lei 10.639/03. Mais concretamente analisamos o processo histórico que culminou na aprovação da referida legislação e as decorrentes alterações nas diretrizes gerais da educação, com vistas a ancorar a implementação efetiva do Ensino da História e da Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas de educação básica do país. São objetivos desse estudo, compreender o

⁵Graduada em Licenciatura em História (UESC-2016)
Estudante de Especialização em História do Brasil (UESC)
Mestranda em Ensino e Relações Étnico-raciais (UFSB)

processo recente de implementação da Lei 10.639/03 no ensino de história em geral e, especificamente, o caso das alterações verificadas no Ensino Médio no Município de Arataca, na região sul da Bahia.

O trabalho se encontra organizado em três capítulos, sendo que o primeiro capítulo aborda brevemente a história sociocultural do negro na sociedade brasileira, desde a sua inserção como mão de obra escrava, até os dias atuais, perpassando por sua representação no ambiente escolar e, particularmente, no Ensino de História. O segundo capítulo destaca questões inerentes aos lugares e espaços dos negros no Ensino de História, bem como as novas perspectivas quanto ao Ensino da História e da Cultura Afro-brasileira após a aprovação da Lei 10.639/03, analisando resumidamente a trajetória do ensino da História Afro-brasileira na educação básica. No capítulo final, nos dedicamos à apresentação e análise de informações acerca do processo de implementação do Ensino da História e da Cultura Africana e Afro-brasileira no Ensino Médio de Arataca, no período de 2010 a 2015, observando as mudanças nas diretrizes gerais da educação no referido período e, sobretudo, os seus efeitos no Ensino de História a partir da aprovação da Lei 10.639/03.

A metodologia utilizada neste estudo abarcou a pesquisa bibliográfica em geral, complementada por uma análise parcial das legislações que contemplam a Educação Básica, das Leis de Diretrizes e Bases da Educação, dos Planos Nacional e Estadual de Educação, do contato com o Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Bráulio Xavier de Arataca, além das pesquisas realizadas nos livros didáticos de história, os quais, em conjunto, se constituíram em documentos fundamentais para a compreensão do tema aqui proposto.

Palavras -chaves: Ensino de História; Lei 10.639/03; Ensino Médio; Arataca (BA).

A COISA EM “CHECK”: REFLEXÕES SOBRE A TEORIA DO ESCRAVO-COISA NO ENSINO DE HISTÓRIA. Marcos Carvalho

Universidade Estadual de Santa Cruz

Foi durante as décadas de 1960 e 1970 que a produção acadêmica entorno da escravidão no Brasil tratou de demolir o mito do caráter não violento ou benevolente da mesma. Porém, a constatação da violência, apesar de ter sido extremamente importante, também ocorreu de forma a limitar a este elemento tudo que fosse necessário conhecer sobre o assunto. De acordo com Chalhoub (1990), esse processo foi responsável por gerar seus próprios mitos, dentre eles o da coisificação do escravo. Segundo essa teoria, o escravo se apresentava enquanto ser humano tornado coisa, sujeito passivo, sem consciência e mero reprodutor das imposições da estrutura escravista. Desse modelo explicativo, resultam alguns trabalhos que exerceram influência significativa no meio acadêmico destacando-se *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, de Fernando Henrique Cardoso, sendo, nos dias atuais, alvo de inúmeras reflexões que criticamente demonstram a inconsistência desta teoria. Considerando este entremear de discussões e também a lei 10.639, que torna obrigatório o ensino de história e cultura das raízes afro-brasileiras, foi realizada uma oficina em duas turmas do curso de administração através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, desenvolvido no Centro Estadual de Educação Profissional Álvaro Melo Viera em Ilhéus. A oficina teve como propósito promover a reflexão acerca da teoria do escravo coisa e as suas

representações através da análise de fragmentos do texto *Visões da Liberdade: Uma História das últimas décadas da escravidão na corte* de Sidney Chalhoub e da carta reivindicatória dos escravos do engenho de Santana escrita durante a revolta de 1789 em Ilhéus. O presente trabalho pretende apresentar os resultados desta oficina, que a partir do cotejamento entre fontes primária e secundária por meio de um roteiro de análise, seguido de debates em sala, tornou possível a construção de outra perspectiva sobre o estabelecimento das relações do negro com a estrutura escravista, em que se pode perceber o seu protagonismo na composição e alteração das dinâmicas da escravidão.

Palavras-chave: escravo-coisa, revolta, revisão.

O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA E A REPRESENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL. Uma análise crítica e discursiva. Laís da Silva Martins

O presente resumo é um fragmento da pesquisa monográfica em desenvolvimento ‘ ‘ *O livro didático de História e a representação do Patrimônio Histórico Cultural. Uma análise crítica e discursiva.* ’ ’. Esta pesquisa tem como objetivo dissertar sobre a construção do discurso patrimonial representativo das diversidades culturais, denotando que a partir da categoria intangível (imaterial) foi possível falar de cultura tradicional popular, uma vez que no decorrer da história, patrimônio sempre esteve vinculado às classes dominantes e aos grandes monumentos que evidenciava uma história construída e narrada por aqueles que detinham o poder, e isto perpassa os campos das artes e da cultura. Para tanto, é necessário trazer alguns pontos relevantes para esta discursão, a priori é necessário averiguar as mudanças ocorridas na ciência histórica, com abordagens historiográficas inovadoras que buscam fontes alternativas na construção da narrativa histórica, é lembrado então da revista *Annales* e da Nova História, e da proposta de uma história vista de baixo. Entendendo que toda atividade humana é fonte de pesquisa e a realidade é produto da sociedade e resultado da cultura de um povo, esta corrente historiográfica, denominada História Nova, valorizou como fundamental a opinião das pessoas comuns e suas experiências utilizando novas fontes de pesquisa e diversos questionamentos sobre uma mesma realidade objetivando explicar os fatos a partir de vários enfoques. (Nara Marlei John 2012). Portanto, esta perspectiva da História é indispensável, para compreender os sujeitos históricos como participantes ativos na trajetória histórico-cultural. Ademais, esta discussão perpassa o campo teórico das relações de poder, para compreender como o patrimônio foi usado como forma de dominação das classes hegemônicas, elevando uma cultura erudita, e conseqüente relegando patrimônios culturais populares ao esquecimento. Em virtude disto, é analisado o uso do patrimônio na construção do sentimento nacionalista, através do qual houve uma intensa manipulação do passado, cunhando uma memória coletiva que unisse as pessoas a uma mesma nação, portanto, essa história extinguiu os sujeitos sociais das camadas populares como autônomos das suas memórias e suas tradições eram diminuídos frente a uma erudição que tornasse oficialmente a cultura do Estado. A partir de 1972 a UNESCO respaldou sobre as tradições e costumes populares e as tomou como patrimônio a ser conservados, estas práticas foram adotadas ao patrimônio imaterial que expandiu a noção de patrimônio oportunizando o reconhecimento das diversidades culturais. Desta forma, o que se pretende com esta pesquisa é analisar criticamente o processo de apropriação do patrimônio pelos grupos sociais populares, e fazer se reconhecer no patrimônio de seus locais de vivência.

Palavras-chave: Patrimônio, Diversidade, Poder.

A CONSTRUÇÃO DA IDEOLOGIA DE GRUPO. Vanessa Souza Fernandes ¹

Este artigo discute os conceitos de ideologia e todas as suas representações simbólicas ligadas a construção de grupo. Tal interação virá pela análise do filme A onda (2008) no qual abordará a construção, de um grupo fictício, parte de uma experiência didática do professor Wegner, que emprega dentro desse grupo um discurso autoritário. Partindo do pressuposto analisado pelo filósofo Michael Foucault, o discurso está ligado ao “desejo e ao poder”, sendo que o discurso não só “manifesta ou oculta o desejo”, ele por vezes pode ser o intrínseco “objeto do desejo central do indivíduo”, (FOUCAULT, 2010, p.10) Utilizarei como opção metodológica a análise da experiência do Professor Wenger, no filme, e como isso se dá na construção de grupos sociais e no desenvolvimento escolar, observando a partir das atitudes psicológicas individuais e suas interações com a massa e com determinados grupos.

Palavras-Chave: Ideologia, Construção de grupo, Educação.

Sessão de Comunicação 3: HISTORIAS DE MULHERES: EMBATES SOCIAIS E CULTURA POLÍTICA. Coordenador: Fábio Pessanha Bila

1917 E AS MULHERES: A GREVE DAS TECELÃS E A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA REVOLUÇÃO RUSSA. Luna Oliveira Pereira; Mariane Oliveira Nunes.

Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC

Lembrar 1917 vai além de imaginar a Revolução de Outubro. Mas não citá-la em primeiro plano não significa dizer que não falaremos da mesma. 1917 possui inúmeros significados e uma greve que faz parar um país e ocasionar uma mobilização intensa da classe trabalhadora pode ser pensada e discutida como um movimento que, além de culminar numa Revolução, foi puxado e direcionado por mulheres. No Dia Internacional das Mulheres em 1917, mulheres tecelãs no distrito de Vyborg, em Petrogrado, entraram em greve. Nesse momento, elas saíram de fábrica em fábrica a fim de chamar operárias e operários para aderirem a uma greve, o que ocasionou violentos confrontos com a polícia, soldados e donos de fábricas. Essas mulheres que se revoltaram pelo pão deram início ao que viria varrer o czarismo. Já no início das greves de fevereiro toda audácia e determinação, bem como os métodos que estas mulheres utilizaram deixaram nítido que elas compreendiam de onde de fato vinham seus problemas. As trabalhadoras se fizeram firmes na vanguarda da Revolução de Fevereiro, que culminara na destruição do czarismo. As mesmas foram a força motriz que a impulsionou todo esse processo. Depois de fevereiro, pouco se relatou sobre as mulheres no

desenvolvimento do que culminaria na Revolução de Outubro de 1917. Existem, no entanto, algumas exceções como Alexandra Kollontai, Nadezhda Krupskaja e Inessa Armand, discutidas, quase sempre por sua vida privada como esposas e amantes ou por sua atividade prática e contribuições teóricas. E o envolvimento das mulheres no âmbito político não foi algo que surgia apenas em 1917, de maneira repentina. As mulheres haviam participado das greves nas fábricas têxteis em 1896, em protestos contra o recrutamento militar antes da guerra russo-japonesa e na Revolução de 1905. Nesse período tanto os Mencheviques quanto Bolcheviques entendiam a necessidade de se comprometer com as mulheres como parte da classe operária, mas os Bolcheviques podiam vincular a luta pela igualdade entre homens e mulheres a uma estratégia de classe contra o governo e a guerra. Eram eles que assumiam cada vez mais a organização e a politização das mulheres. Para além das já citadas, lideranças dentre as Bolcheviques, tais como, Konkordiia Samoilova e Vera Slutskaia, entre outras, argumentavam que o partido deveria se esforçar para organizar as trabalhadoras e desenvolver sua formação política. Elas lutaram para convencer seus camaradas homens de que as mulheres trabalhadoras não qualificadas eram de importância central. A Revolução de 1917 foi iniciada e moldada pelas mulheres, mas a Revolução Russa não aboliu a dominação masculina nem libertou as mulheres. Mas uma coisa não se pode negar: as mulheres foram parte integrante da Revolução de 1917, fazendo história ao lado dos homens, e não como espectadoras passivas, mas como participantes corajosas, com engajamento que foi ainda mais significativo. Ver a revolução através dos seus olhos dá uma leitura mais rica daquele que permanece sendo o momento histórico mais transformador para a vida das mulheres.

Palavras-chave: Mulheres; Tecelãs; Revolução Russa.

A CORTESÃ DO IMPÉRIO: O COTIDIANO DA PROSTITUIÇÃO NO RIO DE JANEIRO EM “LUCÍOLA” (1862). Renato Drummond Tapioca Neto⁶

Resumo: O presente trabalho se propõe a analisar a representação da prostituição na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1850-1870, através das páginas do romance “Lucíola”, de José de Alencar, publicado em 1862. Em sua obra de ficção urbana, Alencar apresenta ao leitor um painel da sociedade brasileira oitocentista, seus modos e costumes, abordando assim uma variedade de temas, que vão desde os casamentos de conveniência, a política imperial e, inclusive, a prostituição. Desse modo, ele descortina aos olhos do leitor o mundo do meretrício e como ele estava difundido na corte imperial. No século XIX, o tema da prostituição ganhou a atenção de muitos médicos higienistas, jornalistas e do setor jurídico. A prostituta era considerada um vício social, que ameaçava a integridade das famílias, sendo concebida pelo discurso moralista como o oposto da mulher mãe e dona de casa. Os trabalhos

⁶ Licenciado em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: drummond.renato@yahoo.com.br

produzidos pela comunidade médica do período, por exemplo, agrupavam as prostitutas por categoria e exploravam as condições de trabalho de cada casta, no intuito de identificar a origem de doenças venéreas que atingiam a população da época. Com efeito, José de Alencar pode ser considerado o primeiro romancista brasileiro a transpor esse tema para a literatura, contando a história da personagem Lúcia/Maria da Glória, seguido por escritores como Machado de Assis e Aluísio Azevedo. Dessa forma, pretendemos demonstrar como o romance alencariano pode oferecer uma possibilidade de interpretação do tempo vivido, mais especificamente sobre a prática do meretrício na corte imperial. Para reforçar os argumentos do autor, propomos estabelecer um cruzamento entre “Lucíola” com os textos médicos e jornalísticos, que abordaram o tema da prostituição na segunda metade do século XIX. Na qualidade de escritor, Alencar deixou para a posteridade um painel vívido da sociedade brasileira de seu tempo. Analisar sua obra é também um exercício de compreensão do Brasil de 150 anos atrás.

Palavras-chave: José de Alencar; Lucíola; Prostituição

MULHERES MISSIVISTAS NA CAMPANHA CIVILISTA: A ÁRDUA BATALHA DE VENCER O CONFINAMENTO DOMÉSTICO PARA PARTICIPAR E OPINAR NO PLEITO ELEITORAL DE 1909-1910. Maiane Cruz Rocha

Discente do Curso de Pós-graduação em História do Brasil - DFCH/UESC

O trabalho proposto tem por intenção analisar correspondências escritas a Ruy Barbosa por mulheres da elite de algumas cidades brasileiras, a saber: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Bahia. Em tempos de submissão da mulher ao sexo oposto e exclusão das mesmas nas questões políticas, damas da elite nacional resolveram manifestar o seu apoio ao candidato civilista Ruy Barbosa no pleito eleitoral de 1909-1910. Suas contribuições na Campanha Civilista permitem discutir as ideias de uma sociedade sexista e machista do momento e por em xeque as práticas conturbadas e corruptas da política brasileira. A campanha eleitoral em questão, apresentou-se como inovadora, porque opôs dois candidatos a presidência (Marechal Hermes da Fonseca e Conselheiro Ruy Barbosa) – fato que não era comum nas eleições anteriores. Porém, no que concerne o exercício da cidadania, manteve as orientações anteriores, excluindo os analfabetos e as mulheres do exercício dos direitos políticos. Consideradas inaptas para compreender a arena política e sem espaço para manifestação na esfera pública, as mulheres eram confinadas em casa. Vale ressaltar, que esse enclausuramento doméstico não tira dessas senhoras da elite, o interesse pela coisa pública e pelo progresso do país, perceptível nas correspondências enviadas a Ruy Barbosa. Para essa discussão foram utilizados correspondências e telegramas escritos por mulheres individualmente ou em agremiações. Essas mulheres, estrategicamente, apelavam para o religioso e assumiam posição de subserviência, mas pareciam motivadas pelas questões femininas do momento que tinham, entre outras bandeiras de luta, o sufrágio feminino universal. Aspiravam, também, por a uma sociedade [justa](#), [fraterna](#) e [progressista](#). Seguiam o

caminho da luta com muita convicção do que defendiam, apontando para outra imagem do lugar da mulher, não mais o de subordinação, mas de manutenção da comunidade, portanto, da Pátria. No total foram selecionadas, no site da Fundação Casa de Ruy Barbosa, quinze correspondências escritas e enviadas a Ruy Barbosa por mulheres. Sendo duas cartas e cinco telegramas do Rio de Janeiro, quatro cartas e dois telegramas de Minas Gerais, uma carta de São Paulo, um telegrama da Bahia e um telegrama do Paraná. A maioria escritas entre 1909 e 1910, período correspondente ao período de intensa campanha e o pleito eleitoral. Desse montante, duas cartas são escritas por associações de mulheres que assumem o papel de cuidadoras da família e mantenedoras da posição do seu marido, religiosas e também positivistas, à medida que defendem o progresso do país.

Palavras-Chave: Política, mulher e missivíssimo.

JORNAL MOMENTO FEMININO (1947-1956): HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA. **Alane Sousa Ferreira⁷**

Resumo: Este trabalho nasce de uma pesquisa ainda em fase inicial e propõe fazer um breve balanço a respeito da produção historiográfica que tem se dedicado a analisar o jornal *Momento Feminino* a partir de diferentes enfoques. O periódico foi fundado no Rio de Janeiro em 1947 por mulheres que, na sua maioria, militavam no Partido Comunista do Brasil (PCB), e circulou pelo país até o ano de 1956. Sua dimensão política e histórica tem sido sinalizada por algumas autoras, que ressaltam desde a importante atuação do jornal enquanto porta-voz da luta feminina até o que ele representou para a difusão das ideias partidárias, embora esse último aspecto permaneça ainda pouco estudado. Uma imprensa feminina dirigida exclusivamente por mulheres em um contexto em que vigoravam discursos e práticas sociais que demarcaram e naturalizaram o espaço político como um lugar fechado a elas, tal imprensa com expressiva ação das comunistas e que atuou politicamente durante vários anos no país, constitui um objeto privilegiado para observação histórica. Em que pese todo reconhecimento quanto à sua relevância histórica, aparentemente não dispomos de um trabalho cujo objeto de pesquisa seja especificamente o *Momento Feminino*, o que exigiria uma investigação minuciosa, a fim de atingir a profundidade do seu conteúdo e da sua história. A historiografia que tem se dedicado a analisá-lo parte de um eixo central que visa investigar as experiências de lutas dos movimentos de mulheres no Brasil. A maior parte dela se ocupa mais precisamente em examinar a militância feminina no interior do PCB, mas suas dimensões circunscritas, embora apropriadas aos propósitos assumidos por suas pesquisadoras, impossibilitam que estes trabalhos atendam à lacuna referente a um estudo específico sobre o periódico. Deste modo, não obstante as sugestivas contribuições apresentadas pela literatura que trata do *Momento Feminino*, tais como apontar para os elementos que aproximam a criação do impresso aos projetos políticos partidários ou evidenciar a participação do periódico no sentido de orientar as mulheres para luta organizada, persistem ainda muitas

⁷ Graduada em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Mestranda em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Bolsista FAPESB. Email: alanesousa_historia@hotmail.com

questões que merecem ser problematizadas e aprofundadas, principalmente no que tange a analisar a atuação deste jornal enquanto porta-voz das políticas do PCB e o papel que cumpriu como instrumento, para além das demandas específicas das mulheres, de intervenção feminina nos debates e conflitos políticos nacionais e internacionais da época. Outra questão que se impõe, também pouco explorada pela historiografia são as práticas dos sujeitos envolvidos na construção do jornal. A existência do impresso, com suas seções e noticiários, era materializada pela ação concreta de suas colaboradoras, muitas delas, que ali expuseram concepções, experiências e, conjuntamente, fizeram política, não restrita apenas às questões de gênero, continuam esquecidas no anonimato historiográfico. Estes apontamentos iniciais nos servem de baliza para discutirmos a história e historiografia de *Momento Feminino*.

Palavras-Chave: Imprensa Feminina (Brasil 1947-1956); Partido Comunista; Mulheres.

FEMINICÍDIO NA CIDADE DE ILHÉUS ENTRE 2010 E 2015. Vanessa Tavares Nascimento- UESC

A violência contra a mulher no município de Ilhéus, localizado no sul da Bahia, pode ser entendida como resquícios dos valores patriarcalistas de uma sociedade que foi, por muitos anos, caracterizada como agrária e coronelista. Tais valores apresentavam as mulheres como objeto de dominação masculina, e sendo o homem o chefe da casa ele desfrutava de poderes ilimitados no ambiente familiar, era ele responsável por decidir e controlar todas as coisas referentes à sua esposa e filhos. Essas características são retratadas na obra “A Dominação Masculina” de Pierre Bourdieu, o qual faz uma análise da sociedade cabila e retrata a maneira como as mulheres eram vistas e tratadas. O referido autor afirmou que existia relação de submissão feminina em inúmeras situações, inclusive no momento do ato sexual e que as mulheres se vestiam e se comportavam conforme as pretensões masculinas, sendo os aspectos biológicos e corporais utilizados para apresentar as mulheres sempre em condições subalternas e inferiorizadas. Diante disso, a permanência da violência de gênero pode estar relacionada à continuidade da concepção de domínio e supremacia presente na mentalidade masculina. Nesse sentido, os homens agridem as mulheres quando entendem que elas estão descumprindo os papéis que eles acreditam que lhes são destinados socialmente. Ao pensar dessa forma, eles desconsideram as mudanças de valores sociais vivenciadas ao longo dos anos. O objetivo da pesquisa é analisar os índices de violência contra a mulher na cidade de Ilhéus entre os anos de 2010 e 2015, identificando quais bairros apresentam maior incidência dessa tipologia criminal, qual a natureza do crime, se violência sexual, patrimonial, moral, psicológica e física, qual a idade das vítimas, classificação racial, grau de instrução, buscando apresentar informações capazes de auxiliar os gestores públicos na adoção de medidas a fim de diminuir os índices criminais e também sensibilizar o poder público sobre a necessidade de oferecer maior apoio às vítimas, a exemplo da importância de criar abrigos destinados às mulheres agredidas.

Palavras- chaves: Violência de gênero; Ilhéus; DEAM (Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher

A EXPERIÊNCIA EMANCIPATÓRIA: UMA REAVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO, DE KOLLONTAI À BAMBIRRA. Elisabeth Zorgetz Loureiro

– Universidade Estadual de Santa Cruz

Este trabalho de caráter ensaístico tem como objetivo dialogar com definições marxianas sobre conceitos como força de trabalho, produção e reprodução, e confrontá-los diante da trajetória histórica a partir do capitalismo sobre o trabalho subalternizado e desvalorizado realizado por mulheres na esfera doméstica. Embora esses dois modos de atividade, a produção e a reprodução, tenham uma relação mutualística estreita, o terreno da reprodução social foi historicamente naturalizado ou desprezado, crítica que Alexandra Kollontai trouxe ao centro do debate após a Revolução de Outubro. Para retomar a relação dialética entre os campos da produção e reprodução social, foram trabalhados no campo teórico o trabalho não remunerado, mais-valia, superexploração e dependência. No campo histórico, foi necessário articular uma história da formação de classe e as proposições de pensadoras marxistas sobre esta formação, as experiências e alternativas de emancipação. Posto que a reprodução social tem história, também é um espaço de formação política e deve ser explorado e apropriado para se constituir mais uma via de enfrentamento às opressões. Como aporte teórico fundamental, a Teoria Marxista da Dependência, através das formulações de Vânia Bambirra, se insere ao explicar a dinâmica da superexploração, que incide duplamente sobre as mulheres em sua presença como exército de reserva e exército ativo, seja em sua reprodução doméstica. Esse estudo expõe um recorte do esforço associado entre o patriarcado e as relações capitalistas de exploração do trabalho sobre as mulheres na dimensão latinoamericana – um complexo com raízes materiais que se expressa cultural e economicamente, cujas estratégias de enfrentamento precisam se aproximar da perspectiva de classe.

Palavras-chave: Força de trabalho. Reprodução doméstica. América Latina.

AS SÉRIES DE TV COMO FERRAMENTA DE REFLEXÃO SOCIAL: ABORDAGENS FEMINISTAS EM “ANNE WITH AN E” E “THE HANDMAID’S TALE”. Ana Paula Gonçalves Viana

(Aluna egressa UESC)

As séries de TV alcançaram um público considerável de espectadores nos últimos anos. O fenômeno, provavelmente decorre da facilidade de acesso, possível pela TV aberta e fechada, internet, através dos serviços como *streaming* e *downloads*, pelo conteúdo com boa narrativa, bom argumento e um enredo bem construído, fazendo com que o clímax cause ansiedade e expectativa pelo próximo episódio, ou, simplesmente, pela afinidade do público consumidor com o tema da série. Assim como os filmes, os seriados e as séries, além do entretenimento e de estimular novas experiências sensoriais, podem também servir como instrumento de reflexão, mesmo que não tenham como premissa o engajamento social e político, podem despertar sensibilidade e empatia a algumas questões a partir de abordagens e subtemas nelas inseridas. As séries “*Anne With an E*” (Anne com um E) e “*The Handmaid’s Tale*” (O conto da Aia), criadas por Moira Walley-Beckett e Bruce Miller respectivamente, séries de TV norte americanas, ambas lançadas em 2017, são exemplos de séries que apesar de não se enquadrarem na categoria “séries históricas”, podem nos dar uma dimensão social

do “ser mulher” no passado, e nos permite fazer uma possível projeção do amanhã com base na nossa condição atual. Podemos pensá-las através de uma abordagem feminista, fazendo uma análise das imposições as quais as mulheres foram submetidas ao longo da história. *Anne with an E*, nos transporta para o início do século XX, onde o movimento feminista começava a ser difundido, trazendo incertezas e dúvidas mesmo para as mulheres que buscavam igualdade de direitos em relação aos homens, pois por estarem inseridas numa sociedade patriarcal que definia os papéis de homem e de mulher, elas perpetuavam comportamentos que as colocavam em situação opressora. A personagem principal, Anne Shirley, uma criança, representa a dor de ser mulher nesse tipo de sociedade, as repressões, constrangimentos e os papéis limitados impostos as mulheres desde a mais tenra idade. Já em *The Handmaid’s Tale*, baseada no livro homônimo de Margaret Atwood, há uma sociedade totalitária, onde as decisões políticas são tomadas conforme fundamentos religiosos, as mulheres são subjugadas, submissas, sem direito à propriedade e à herança; as mulheres férteis são vistas como reprodutoras, passando por rituais de “estupro assistido” e naturalizado. Uma distopia assustadoramente possível de acontecer. O objetivo desse trabalho, portanto, é realizar uma breve análise dessas duas séries, mostrando que através de uma abordagem histórica e feminista podemos utilizá-las como ferramenta e canal para abertura de debate, para problematizar as percepções que a nossa sociedade (cultura ocidental cristã), tem das mulheres; pensar como ocorrem as formas de opressão e como são propagadas; pensar sobre o feminismo, e, conseqüentemente o porquê de sua relevância, principalmente nos dias atuais.

Palavras-chave: Mulher. Feminismo. Séries.

MEMÓRIAS DA CIDADE: PARTEIRAS DE IBICARAÍ (1952-1981)⁸ . Camila Nunes Sena Silva⁹; Rosana dos Santos Lopes¹⁰

Apesar dos significativos setores já presentes no município, até 1981, Ibicaraí ainda não contava com Hospital Municipal, tendo aqueles que necessitassem de uma assistência maior e cujas condições fossem viáveis, que se deslocar para Itabuna à Santa Casa de Misericórdia. Partindo desse pressuposto, defendemos a ideia que o serviço público era feito por pessoas da comunidade – parteiras, do período compreendido entre o início da emancipação, em 1952 até antes da construção do Hospital, em 1981- a partir de cursos oferecidos pelo SESP, que deram assistência a mulheres e seus recém nascidos, e orientavam quanto a higiene pessoal tanto na parte urbana, quanto nas áreas rurais da cidade de Ibicaraí. Durante o processo de produção do trabalho de conclusão de curso intitulado “Nascer através de sua gente: o município de Ibicaraí e suas parteiras (1952-1982)”, muitas informações e fontes pertinentes foram coletadas e estudadas, o que possibilitou a continuidade da pesquisa, que busca agora, contribuir para a construção de uma historiografia local a partir da dinâmica do ofício dessas mulheres, expressas em suas memórias e discursos orais das parteiras desse município, analisadas junto as fontes disponíveis – registros de partos, fotografias, atas e recortes jornalísticos e registros

⁸ Este texto é um fragmento de pesquisa em andamento que desenvolvo no curso de especialização em História do Brasil, pela Universidade Estadual de Santa Cruz – DFCH/UESC

⁹ Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz - DFCH/UESC. email: csenas6@gmail.com.

¹⁰ Orientadora desse projeto. Graduada em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz (1990), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1999); doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2013). Professora e pesquisadora do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas na Universidade Estadual de Santa Cruz – DFCH/UESC.

cartoriais – enquanto componentes de análise e na produção e difusão de conhecimentos. Consideramos que tal espaço cidadão é repleto de pessoas com culturas semelhantes ou díspares, e que cada indivíduo sendo portador de uma memória singular, compartilha com os demais as suas experiências vividas, o que as tornam familiares aos moradores da jovem cidade que se forma.

Palavras chave: Parteiras - História - História Oral.

MEMÓRIA E HISTÓRIA: UM ESTUDO SOBRE A CASA DE HENRIQUETA PRATES. Fernanda Kelly Rodrigues Ferreira¹¹; Madson Mendes dos Santos¹²

Para Pierre Nora, há uma crescente preocupação nas sociedades contemporâneas pelo estabelecimento de lugares de memória, isso por conta da própria dinâmica acelerada do processo histórico, que torna tudo efêmero e passageiro. Essa crescente necessidade em estabelecer locais destinados à memória ocorre em virtude da necessidade de deter esse acelerar da história. Estes lugares têm por objetivo manter vivo aquilo que se perdeu na rápida dinâmica da História contemporânea. O que torna ainda maior a demanda em estudar estes lugares de memória arquitetônica, como forma de um resgate da própria História da cidade de Vitória da Conquista. Pretende-se realizar um estudo sobre a casa de D. Henriqueta Prates, demonstrando de qual forma essa construção contribuiu para a afirmação da memória da sociedade de Vitória da Conquista. A arquitetura é muito mais do que construir lugares e edificações, é lugar em que reside a memória de uma dada sociedade, portanto, a história da mesma. Dessa forma, busca-se, através do conceito de *lugar de memória*, percorrer o passado da casa de D. Henriqueta Prates que o prende ao presente de Vitória da Conquista. Busca-se assim, respaldar a defesa do patrimônio cultural da cidade na perspectiva de tombamentos de imóveis com potencial histórico. Parte-se da ideia de que, sendo Vitória da Conquista uma cidade com potencial histórico singular e, tendo a mesma uma necessidade apontada por algumas autoridades locais de identificar dentro do patrimônio histórico do município construções que apresentem um quadro da identidade memorial local, torna-se, o presente trabalho, a partir da análise da casa de D. Henriqueta, uma ferramenta a mais no objetivo de reconstrução do passado do seu povo. Compreende-se que o papel de reconstrução do passado não é uma tarefa fácil, especialmente nas condições de aceleração social que o mundo vive. Todavia, visa-se com o estudo proposto promover um debate local sobre patrimônio e preservação da memória, percebendo como essa reflexão pode ser salutar para a própria compreensão do presente.

Palavras-chave: Memória. História. Cidade.

¹¹ Discente do 2º semestre do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Santo Agostinho;

¹² Mestre em Memória, Linguagem e Sociedade – UESB; Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Santo Agostinho.

Sessão de Comunicação 4: MEMÓRIA E HISTÓRIA DO DISCURSO. Coordenação: Madson Mendes dos Santos ; Mary Ann Mahony.

UM LUGAR DE MEMÓRIA: UMA ANÁLISE SOBRE A RESIDÊNCIA DO CORONEL GUGÉ – VITÓRIA DA CONQUISTA-BA. Palanda Farias Brito¹³; Madson Mendes dos Santos¹⁴

O conhecimento da arquitetura da cidade é, também, o reconhecimento da própria história. Se esse compreender da história se faz pelo resgate da memória, logo, a análise e investigação da identidade arquitetônica e seus monumentos é um levante da própria memória do povo conquistense. Para Nora, necessita-se da existência de lugares que busquem a preservação da memória, que tragam consigo o condão de enaltecer as memórias de um determinado povo. Por isso, a necessidade de se erigir lugares de memória que visem o resgate da própria história e, por conseguinte, da identidade e cultura de um povo. Dessa forma, busca-se, a partir da aplicação do conceito *lugar de memória*, analisar a casa do Coronel Gugé como parte integrante da identidade cultural de Vitória da Conquista. Entende-se que a arquitetura assume papel importante quanto lugar de memória de um povo, pois da análise das construções arquitetônicas de uma cidade podem-se notar as mais diversas motivações sociais, econômicas, políticas e culturais. Partindo-se disso, observa-se a arquitetura da Casa do Coronel Gugé como lugar de memória, capaz de respaldar parte do processo de reconstrução do passado da sociedade conquistense. Assim sendo, pretende-se com o estudo adensar e fortalecer as discussões locais sobre o tema patrimônio histórico e as formas de preservação do passado de Vitória da Conquista. Sabe-se que na cidade ainda não se existe uma política específica de tombamento de imóveis. Portanto, o estudo aqui proposto visa contribuir para as análises e debates que promovam o reconhecimento e salvamento do passado dessa cidade, em um momento em que diversos órgãos locais, como o Ministério Público, tem buscado promover um levantamento de construções com valor histórico com a perspectiva de que os mesmos possam ser tombados como patrimônio público. Essa crescente necessidade em estabelecer locais destinados à memória ocorre em virtude da necessidade de deter o acelerar da história. Estes lugares, como a Casa do Coronel Gugé, têm por objetivo manter vivo aquilo que se perdeu na rápida dinâmica da História contemporânea. Compreender o passado torna-se um marco importante no processo de consolidação do futuro.

Palavras-chave: Patrimônio. Memória. História.

¹³ Palanda... Graduada do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Santo Agostinho - FASA

¹⁴ Mestre em Memória, Linguagem e Sociedade – UESB; Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Santo Agostinho.

MEMÓRIA COLETIVA, PATRIMÔNIO CULTURAL E ARQUITETURA: UMA ANÁLISE SOBRE O CASO DE VITÓRIA DA CONQUISTA. Caroline Barros Moitinho¹⁵; Madson Mendes dos Santos¹⁶

O presente trabalho tem por objetivo analisar a passagem ocorrida da memória coletiva, integrada aos grupos vivos, para os lugares de memória, os quais se relacionam para este estudo com os patrimônios culturais. Segundo a Constituição Federal do Brasil, no artigo 216, compreende-se como patrimônio cultural brasileiro *os bens de natureza material e imaterial, tomados individual ou em conjunto, portadores de referência à identidade, a ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira*. Apesar de existir uma preocupação constitucional com o passado e, sabendo que esta mesma Constituição resguarda, em seu artigo 23, o dever do Estado em suas diversas esferas de proteger os bens de valor histórico e cultural, esta premissa não tem sido cumprida. Atualmente, em Vitória da Conquista, existe apenas um imóvel tombado pelo poder público como patrimônio cultural. A casa de “Dona Zaza”, localizada nas mediações centrais da cidade, é a única construção local resguardada pela Lei Estadual 8.895/2003, que trata sobre a conservação dos bens históricos. Mesmo com o passado da cidade, responsável durante o período colonial por ligar as regiões litorâneas ao Sertão da Ressaca, como também o alto nordeste às regiões mineradoras e, mesmo com a importância econômica desse território ao longo dos anos e de sua relação com os investimentos em diversos prédios públicos, residências particulares, dentre outros, não se concretizou a perspectiva de se guardar o passado representado nessas construções. Vê-se nos dias atuais uma ligeira dificuldade enfrentada pelo Ministério Público do Estado da Bahia, em consagrar novos tombamentos na cidade, principalmente em decorrência da ausência de estudos acadêmicos que o respalde nessa tarefa de manutenção da memória constituída nos patrimônios histórico-culturais. Em meio a grande dificuldade em promover a identidade cultural nas sociedades modernas, em especial, devido ao desinteresse que se tem com o passado associada a ambição que é ávida para o futuro, pretende-se, com o presente estudo, além de adensar as pesquisas sobre o tema, buscar o debate em nível local sobre a importância de se preservar o passado nas construções arquiteturais como mecanismo de salvaguarda da memória coletiva.

Palavras-chave: Memória. Patrimônio. Arquitetura.

A HISTÓRIA COMO MEMÓRIA: UM BREVE ESTUDO SOBRE O PASSADO E SUA RECONSTRUÇÃO ATRAVÉS DA ARQUITETURA. Larissa Silva Fernandes¹⁷; Madson Mendes dos Santos¹⁸

Analisa-se a Arquitetura, quanto área de conhecimento, e o seu papel na reconstrução do passado das sociedades a partir dos lugares de memória. Entende-se que o cuidado com o passado é uma tarefa da Memória ou da sua forma científica, a História. Com o

¹⁵Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Santo Agostinho - FASA

¹⁶ Mestre em Memória, Linguagem e Sociedade – UESB; Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Santo Agostinho.

¹⁷ Discente do 5º semestre do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Santo Agostinho;

¹⁸ Mestre em Memória, Linguagem e Sociedade – UESB; Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Santo Agostinho.

desaparecimento dos grupos tradicionais compostos pela oralidade e pela transmissão do passado, de indivíduo para indivíduo, o elo entre passado e presente se rompeu. Não se teve outra forma de se guardar o passado senão o cristalizando em lugares. O passado deixou de existir nos grupos e passou a existir nos lugares. Segundo Nora, diante da massificação da sociedade, para que a identidade do homem não fosse perdida houve a necessidade encontrar lugares que abrigassem marcos testemunhas de outras épocas, tais como: museus, cemitérios, santuários, obras de artes, dentre outros que se encarregariam de guardar o passado. Entretanto, em se tratando da Arquitetura, quanto lugar de memória, os estudos ainda são limitados. Para Coli, a arquitetura é uma área que tem sido renegada, limitada e, por muitas vezes, marginalizada, não alcançando dessa forma o devido reconhecimento no campo da pesquisa e da identidade cultural. Assim sendo, a Arquitetura estaria por vezes subjugada a uma exclusão social do mundo das artes e, por consequência, excluída das análises sobre a recordação do passado. Por esse viés, explica-se a dificuldade que se encontra em resgatar o passado de uma dada sociedade utilizando-se como recurso as construções arquiteturais, já que o homem, em muitos casos, não se identifica nelas. Busca-se, portanto, demonstrar o papel da arquitetura como fermenta importante para a memória social e coletiva, como também para as relações do homem com o passado. Ver-se assim, que a Arquitetura ocupa no presente um lugar de memória em meio ao esfacelamento da lembrança, reunindo em determinados casos, gerações que se reconhecem e reconhecem seus respectivos passados através dessas construções.

Palavras-chave: História. Memória. Arquitetura.

MEMÓRIA E DISCURSO: UM ESTUDO SOBRE POLÍTICAS AMBIENTAIS NA COMARCA DE ILHÉUS – SÉCULO XVIII. Madson Mendes dos Santos¹⁹

Estuda-se as relações de poder inseridas nos discursos de memória dos personagens envolvidos nas atividades extrativistas na comarca de Ilhéus do final do século XVIII. Entende-se que o papel de memória social é permeado por disputas, as quais se compreendem, especialmente, nos discursos. Segundo Halbwachs, as imagens recordadas não são invocações de um passado real, todavia, são representações deste. O ato de recordar traz consigo, para além dos significados políticos, os interesses dos inúmeros atores sociais do presente. Compreende-se que, ao final do século XVIII, em meio a rarefação florestal já sentida para aquele período, alguns agentes da Coroa portuguesa propuseram o Plano de Conservação das Matas de Ilhéus, em 1797, que sugeriu, dentre outros aspectos, a retirada de populações de áreas com potencial florestal e o uso racional deste recurso. Em correspondências da época – memórias, notícias e ofícios que pertencem, atualmente, ao acervo do Projeto Resgate, da Biblioteca Nacional –, as quais compõem o corpo documental deste trabalho, os funcionários reais incorporaram em seus arquivos a ideia de que era preciso acabar com as explorações madeireiras ilegais, com os desmatamentos feitos por agricultores para o plantio da mandioca e com os abusos contra a natureza praticados pelos fazendeiros locais. Estes registros, formaram até aqui, uma base de excelência para os estudos político, econômico, social e ambiental do Brasil colônia. Entretanto, percebe-se que, embora se dispusessem a solucionar um impasse ambiental para a metrópole, salvaguardando a natureza para um uso mais racionalista da mesma, os representantes da administração portuguesa, em

¹⁹ Mestre em Memória, Linguagem e Sociedade (PPGMLS – UESB). Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo – Faculdade Santo Agostinho (FASA).

meio a posições de poder, usufruíram destas para fundamentarem a reconstrução do passado. Nota-se que os registros que são apresentados para o referido estudo e a tarefa de lembra competiu a uma ala exclusiva da sociedade constituída à época: a do poder administrativo associado ao controle central de Portugal. Dessa forma, o discurso sobre as atividades extrativistas em um contexto histórico utilizado pelos funcionários da administração portuguesa afim de se tomar medidas de caráter conservacionista é visto como uma manipulação do passado por aqueles que gozavam de um estatuto de poder. Para Halbwachs, essa reconstrução é imaginativa em que se integram imagens específicas formuladas no presente, porém, dentro de um contexto particular identificado com o passado. A memória e o discurso aqui estudados integram, portanto, uma relação sobrecarregada de disputas sobre os sentidos contidos na lembrança ou no esquecimento.

Palavras-chave: Memória. Discurso. Poder.

ENTRE A BALA E O DISCURSO: O CANGAÇO LAMPIÔNICO NA BAHIA (1928-1940). Mateus Santos Britto

Graduando em História (UESC)
mateusbritto@outlook.com

Resumo: O presente trabalho discute as passagens do bando de Lampião no Estado da Bahia entre os anos 1928 e 1940, buscando registros das cidades onde o mesmo teria passado e a repercussão de seus atos entre a sociedade civil. Para tanto, é necessário compreender, em um primeiro momento, as motivações que o líder cangaceiro teria para adentrar o território baiano, considerando o Convênio Policial de 1926 firmado entre Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas, que dava mais liberdade de ação às volantes nas fronteiras, tornando-as mais perigosas e incisivas, além das alianças que Lampião teria feito com importantes coronéis ao norte da Bahia. Antes mesmo de adentrar o Estado, os jornais já incutiam na sociedade o terror que os “bandidos” causariam caso chegassem à Bahia, quando por fim o fazem, a imprensa explora o fato em suas principais páginas, buscando gerar uma atmosfera de terror e fixar na sociedade o discurso do sertão sem lei. Nota-se também a tentativa dos jornais de explicar as possíveis causas para a manutenção e o crescimento do fenômeno do banditismo, dentre elas critica-se o apoio dos chefes políticos locais aos líderes cangaceiros e a fácil obtenção de armas e munições, por meio de “pedágios” nas estradas ou com a própria polícia. Tais análises serão feitas a partir dos jornais *A Capital*, *O Combate* e *O Imparcial*, todos da capital Salvador, considerando assim as visões do principal centro político do Estado. Debruçando-se nesses periódicos e nos grandes convênios policiais firmados entre os estados limítrofes à Bahia, será possível contribuir na compreensão do papel que o Estado Baiano exerce no combate ao banditismo no sertão, buscando responder se o mesmo pode ser considerado uma referência na guerra contra o cangaço. Será possível também explorar com alguma profundidade as funções e os excessos das forças volantes baianas – destacamentos militares exclusivos de combate ao cangaço – na peleja contra o banditismo.

Palavras chave: cangaço, volantes, sertão baiano.

OS BOTOCUDOS NOS RELATOS DE VIAGEM DO SÉCULO XIX ATRAVÉS DO OLHAR DOS VIAJANTES MAXIMILIANO DE WIED-NEUWIED E SPIX E MARTIUS. Marcone Santos Lopes

Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC

Pretende-se neste trabalho compreender como é constituída a imagem do índio Botocudo no século XIX a partir de sua descrição nos relatos de viagens do príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, do Johan Baptist von Spix e Carls Friedrich Philippe von Martius, bem como as ideias e pensamentos que fundamentaram a produção de seus relatos de viagem. Almeja-se utilizar como fontes para essa pesquisa relatos contidos nos escritos, a saber, *Viagem ao Brasil* [1815-1817] de Wied-Neuwied e *Viagem pelo Brasil* [1817-1820] de Martius e Spix, produzidos por esses viajantes europeus que estiveram no Brasil no início do século XIX, onde os mesmos descreveram além dos aspectos naturais, tais como geográficos, fauna e flora, também os grupos humanos nativos. Enquanto trabalho monográfico em construção no Curso de Pós-Graduação em História do Brasil da UESC, para a confecção do primeiro capítulo, num primeiro momento, será analisado as ideias paradigmáticas que moldaram o pensamento desse momento histórico e que levaram tais viajantes a construir e representar tais grupos humanos. Posteriormente, será analisado como se formou o arcabouço teórico desses naturalistas bávaros. Para tanto, faz-se necessário um levantamento do passado acadêmico desses para identificar suas influências, portanto, deve-se também ser analisado as ideias de outros pensadores e viajantes, como por exemplo, Alexander von Humboldt, que influenciaram e tiveram ligação com a formação acadêmica de tais viajantes. No segundo capítulo, passaremos para a análise da forma como Maximiliano de Wied-Neuweid representa/constitui os Botocudos em seus relatos, relacionando com as descrições de outros povos indígenas também presentes em *Viagem ao Brasil*. No terceiro capítulo partiremos para as descrições destes mesmos grupos feitas nos relatos de Martius e Spix em *Viagem pelo Brasil*. Tais descrições dos índios Botocudos, tanto as do segundo quanto do terceiro capítulo serão relacionadas com as considerações feitas por Izabel Missagia de Mattos sobre esses grupos indígenas em seu trabalho *Civilização e Revolta: os botocudos e a catequese na Província de Minas* (2004). Os resultados alcançados neste trabalho serão relevantes para que a imagem negativa do índio cristalizada na sociedade seja, aos poucos, desmistificada, visto que, ele traz reflexões pertinentes para se pensar a forma com a qual os grupos indígenas vem sendo tratados nestes quinhentos anos de contato. O mesmo trabalho é importante na medida em que ele enriquece ainda mais a temática indígena que vem a algum tempo crescendo em nosso país.

Palavras-Chave: Botocudos. Viajantes. Relatos de viagem.

ÍNDIOS ESCRAVIZADOS NA BAHIA SETECENTISTA. Rafael dos Santos Barros²⁰

A existência da escravização dos povos indígenas é alvo de muitas discussões nos meios acadêmicos. Durante muito tempo foi propagado pela historiografia que os índios foram pouco escravizados, pois não se adaptariam ao trabalho sistemático das lavouras, sendo logo substituído pelos africanos. Assim no início do século XVI, as relações entre índios e portugueses davam-se através do escambo, dedicando-se os autóctones ao fornecimento de alimentos aos colonos, madeira para construção, e ao trabalho de derrubadas e plantio das roças, em troca de ferramentas e roupas. Posteriormente, à medida que o processo de colonização foi se tornando mais extensivo e exigente de trabalho sistemático, os colonos começaram a escravizar diversos grupos indígenas do litoral até 1570, quando foi paulatinamente substituído pelo cativo dos povos africanos. Porém, nos últimos anos, a Nova História Indígena vem apontando para o equívoco dessas noções. A escravização dos povos indígenas vigorou tão quanto o cativo africano, o qual teve como consequências iniciais sua redução demográfica e o aceleramento de sua desagregação social. Dialogando com esses novos estudos, essa comunicação discorre sobre o processo de escravização dos povos indígenas na Bahia setecentista. Instituição questionada por vários setores da sociedade dominante, este cativo ganhou contornos legais em diversas localidades deste Estado, entre elas na Capitania dos Ilhéus, onde foi descrita pelos colonos como uma administração particular. A utilização desses povos variou bastante, sendo empregados como falqueadores, guias, línguas, condutores, agricultores e mão de obra armada. Disputado por colonos e jesuítas, as distintas etnias que estavam imersas nesse jogo de interesses, agiram, quando sobreviveram, como sujeitos históricos atuantes, incorporando os símbolos e signos de Antigo Regime, inclusive reinventando suas formas de agir frente ao mundo colonial. Do ponto de vista metodológico, essa comunicação se valerá de uma fonte histórica há muito tempo negligenciada pelos historiadores, a legislação indigenista coloniais.

Palavras-chave: Índios. Capitania de Ilhéus. Bahia. Legislação.

FRENTE DE EXPLORAÇÃO PARA O SUL: A COLONIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DE COMANDATUBA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX. Jaqueline dos Santos Souza²¹

Esta comunicação discorrerá sobre o processo de implantação de colônias agrícolas no Sul da Bahia. Essa região foi vista pelas autoridades provinciais como uma área desocupada, bem aproveitável para o povoamento de possessões cedidas a emigrantes estrangeiros, ainda na primeira metade do século XIX. No entanto, uma série de fatores impossibilitou o investimento dos fazendeiros baianos na importação dos colonos, como a crise na lavoura baiana provocada pela independência de 1822 e pela mudança da conjuntura internacional de 1837, e a epidemia da *cólera morbus*, a qual provocou a morte de muitas pessoas livres e escravas. Todo esse desgaste econômico se somará na segunda metade do século XIX, ao fim do tráfico negreiro, a falta de mão de obra livre, as péssimas vias de comunicação e as sucessivas estiagens no Recôncavo e no sertão semi-árido. Diante desse quadro, as

²⁰ Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia.

²¹ Pós Graduanda pelo Programa de Pós Graduação em História do Brasil- UESC.

autoridades imperiais objetivavam solucionar esses problemas, reunindo, a partir da segunda metade do século XIX, retirantes e desempregados em colônias agrícolas nacionais. O principal objetivo dessa política era, acomodar os marginalizados nas terras devolutas, diminuindo a incidência de miseráveis nas cidades. Assim, em decorrência do problema fundiário, que se agravou principalmente nas Vilas do Conde, Inhambupe, Itapicurú, Pombal, Monte Santo e Geremoabo, a Colônia nacional de Comandatuba acabou sendo oficialmente formada em 1867, especialmente pelos moradores da vila do Conde, que sujeitos à secas contínuas, acabaram migrando por falta do pouco lucro que tiravam das estéreis terras. Por outro lado, as férteis terras que margeavam os rios desta região, também passou a chamar a atenção da empresa Moniz, por contrato com o governo imperial em 1873, sob a direção dos empresários Egas Moniz Barreto de Aragão e Polycarpo Lopes de Leão, através dessa empresa tornaram possível a existência dos núcleos coloniais denominados de Teodoro, Rio Branco e a Colônia Moniz, todos localizados na região de Comandatuba.

Palavras-chave: Colonos Nacionais, Sul da Bahia, Comandatuba.

O QUILOMBO DA RUA DE PALHA: HISTÓRIA, MEMÓRIA E ETNICIDADE.

Polline Almeida de Oliveira²²

polline30@gmail.com

Universidade Estadual de Santa Cruz

Resumo: Tendo como marcas incontestes a resistência e a organização, as comunidades negras rurais quilombolas têm empreendido até os dias atuais uma luta pelos direitos à cidadania e igualdade, evidenciada no conjunto de reivindicações pelo reconhecimento jurídico e pela posse da terra - bem considerado indispensável para a reorganização de suas coletividades e símbolos culturais. Nosso trabalho procura apresentar o processo de formação histórica da Comunidade Remanescente Quilombola da Rua de Palha, localizada na zona rural do município de Itororó, sul do estado de Bahia. Para tanto, traçamos um breve histórico acerca da colonização e da chegada dos primeiros negros na região do Sertão da Ressaca da Bahia, dando ênfase ao Município de Poções de onde são provenientes os fundadores da referida Comunidade. Sustentamos a hipótese, através de referências bibliográficas e documentos cartoriais, de que os primeiros africanos e afrodescendentes chegaram às terras do Sertão da Ressaca antes mesmo dos colonizadores europeus, se refugiando da escravidão e causando desconforto e preocupação às autoridades coloniais, conforme consta nos primeiros documentos que tratam da exploração deste território. Essa leitura da ocupação negra no sertão baiano anterior à ocupação portuguesa nos permite pensar que chegada dos africanos/afrodescendentes e o estabelecimento de relações com os povos nativos que já

²² Aluna do Curso de Especialização em História do Brasil, da UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz. Turma VII/2017

habitavam a região - os Pataxós, os Kamakãs e os Ymborés, todos pertencentes ao tronco Macro-Jê, contribuiu para a formação de uma região marcadamente interétnica. É deste cenário sertanejo que emergem os fundadores da Comunidade Quilombola da Rua de Palha, descendentes de ex-escravos, excluídos da nova configuração social do mundo do trabalho após a abolição e que migraram dentro de uma mesma região em busca de um espaço de autonomia através da aquisição de glebas por meio de uma titulação de domínio de terras devolutas. Constitui-se, assim, um remanescente quilombola contemporâneo no sul da Bahia com base econômica estabelecida na agricultura de subsistência, portadora de regulamentação jurídica da identidade, mas que não implicou, necessariamente, numa organização política e numa mudança imediata da noção da identidade que o grupo tem de si.

Palavras-chave: Sertão da Ressaca; Comunidade Quilombola da Rua de Palha; Interétnica.

FACES DE SINCRETISMO NO CANDOMBLÉ ANGOLA: UM OLHAR SOBRE O “UNZÓ DE MUTAKALAMBO: O GRANDE CAÇADOR”²³ Samuel da Silva Costa²⁴

O Sincretismo religioso com os Santos da Igreja Católica é um tema muito criticado ao se abordar sobre os enredos das religiosidades derivadas das matrizes africanas. Apesar de ser uma temática muito enfatizada pela mídia nos últimos tempos, essa, ainda ocorre de forma corriqueira nas atividades ritualísticas de alguns terreiros sem que isso apareça como uma preocupação inicial de um grande número de adeptos. Nessa perspectiva, essa pesquisa toma como referência o Culto do Candomblé da Nação Angola Tombenci da forma como é desenvolvido no “Unzó de Mutakalambo: O Grande Caçador”, localizado no município de São José da Vitória – BA, ao analisar a iconografia do terreiro e dos atos ritualísticos, os diversos tipos de canto, as danças e outros símbolos nos quais se pode verificar a presença do sincretismo em suas várias vertentes. Além da questão do Sincretismo com o Catolicismo é visível no Culto de Candomblé Angola uma influência muito grande de elementos de terreiros de outras tradições de Candomblé, principalmente dos Terreiros de Tradição Iorubana, a Nação Ketu, isso também se percebe nas rezas, nas músicas e na dança do ritual do Xirê. Essa outra forma de Sincretismo é justamente a influência cultural de uma Nação de Candomblé sobre outras, no caso da Bahia há uma predominância do Candomblé Ketu sobre as demais. Além disso existem movimentos que buscam a essência da religiosidade de cada Nação, o Ketucentrismo que vem se reconstruindo desde a Década de 1980, e o Angolocentrismo que também vive essa busca incessante por suas origens, nem que saiba traduzindo as rezas do ketu para o Kimbundo e o Kikongo. Baseado nessas ideias surge as seguintes indagações que norteiam esse trabalho: Existe a possibilidade de se resgatar as origens do culto Banto e/ou Nagô como vem sendo pensado por alguns líderes da religião nos últimos quarenta anos? Por outro lado, qual a necessidade dessa busca pelas origens do culto? E por fim, como de fato essa questão do sincretismo vem sendo tratada, identificada ou não, nos terreiros de candomblé da atualidade, em especial o terreiro em estudo? Dessa forma, ao estudar os variados tipos de sincretismos no Candomblé e através da literatura que aborda o assunto se tem a possibilidade de uma reflexão da consequência histórica, desde o processo da diáspora

²³ Pesquisa em andamento sob orientação da Professora Valéria Amim.

²⁴ Aluno do Curso de Especialização em História do Brasil – UESC, 2016-2017.

vivida por nossos antepassados até os dias atuais, ao se analisar nas atividades do terreiro em questão as impressões deixadas por variados grupos de matrizes africanas.

Palavras-chave: Sincretismos – Candomblé – Agolocentrismo.

OLHARES SOBRE A RELIGIOSIDADE NEGRA NA BAHIA: ENTRE A IMPRENSA E A ACADEMIA (1930-1950). André Luiz Rosa Ribeiro

Universidade Estadual de Santa Cruz -UESC

RESUMO

O trabalho de pesquisa pretende ampliar o debate relativo sobre as manifestações culturais de matriz africana em uma das maiores comunidades negras das Américas, a Cidade do Salvador. Busca pesquisar e interpretar comparativamente a produção de discursos e imagens sobre as religiões afro-brasileiras, presentes em textos acadêmicos clássicos (Edison Carneiro, Arthur Ramos, Ruth Landes, Roger Bastide e Pierre Verger), e em artigos da imprensa soteropolitana (O Estado da Bahia, O Imparcial e o Diário de Notícias) pertencentes ao acervo hemerográfico da Biblioteca Pública do Estado da Bahia. O recorte temporal situa-se entre as décadas de 1930, período da retomada das pesquisas iniciadas por Nina Rodrigues e Manoel Querino, e de 1950, quando se consolidam as teorias sobre o predomínio dos terreiros soteropolitanos nagôs sobre as demais nações religiosas de matriz africana. Busca-se perceber as transformações sociais e culturais por que passa a sociedade soteropolitana do período mediante os olhares sobre as manifestações dos terreiros de candomblé e das distinções produzidas no processo de valorização das sobrevivências do passado africano. A valorização da “pureza” africana de tradição nagô torna-se muito forte nos anos 1930, com a legitimação da “democracia racial” e do regionalismo. Neste período o africanismo é utilizado na composição de um nacionalismo cultural de integração vertical, destacando a solidariedade na formação de um patrimônio comum. Havia também, neste contexto, o desejo de rompimento com a Europa e a busca de outras memórias. Concomitantemente, os estudos sobre as religiões negras ganham corpo na Bahia, mais especificamente em Salvador. Historicamente, foi sendo conduzido um processo de enaltecimento das culturas e religiões oriundas da região do Golfo de Benim, na África Ocidental, em detrimento das de matriz banto, oriundas da África Central, conceituadas como “impuras” ou “misturadas”. A escrita etnográfica contribui, na Bahia, na construção do modelo nagô mediante a cristalização dos seus traços culturais como expressão de africanidade. Existe uma relação direta estabelecida no processo de pesquisa entre os etnólogos, a imprensa e os terreiros, nos quais muitos obterão postos hierárquicos, tornando-se pela sua posição um elo entre o universo afro-baiano e a sociedade mais ampliada. Esse processo de construção de memórias e esquecimentos joga importante papel nas correlações de força entre terreiros de diferentes origens culturais e na consolidação de concepções teóricas sobre a questão do negro nas Américas.

Palavras-chave: Memória – Religiosidade Negra – imprensa.

JEQUIÉ, O SERTÃO ALAGADO: Modificações e permanências no traçado urbanístico da cidade ocasionados pela cheia do Rio de Contas em 1914. Matheus da Silva Ferreira, UESC.

A cidade de Jequié localiza-se na região do sudoeste baiano, posicionada na zona de transição entre a zona da mata e o semi-árido. Seu território é cortado de noroeste a sudeste pelo Rio de Contas, importante elemento na formação desse município bem como no processo de exploração dos sertões baianos no período colonial. Suas águas, embora não completamente navegáveis em função do leito pedregoso e em alguns pontos repleto de corredeiras, serviu de estrada para as entradas realizadas por diversos sertanistas ao longo dos séculos XVII e XVIII. A região foi habitada desde tempos pré-coloniais por nações indígenas dos grupos linguísticos Jê, como Mongoiós e Pataxós, sendo estes dizimados ao longo do século XVIII por expedições promovidas por João Gonçalves da Costa, um dos principais responsáveis pelas devassas que permitiram que essa região, compreendida entre os rios Pardo e das Contas, também chamada de sertão da Ressaca, pudesse ser definitivamente integrada ao império colonial português.

O território da cidade propriamente dito surge de uma sesmaria pertencente a José de Sá Bittencourt, figura influente no cenário político baiano, que, fugindo das Minas Gerais, termina por fixar-se na Bahia exercendo o cargo de inspetor das Minas da Bahia. Após seus anos de serviço recebe como reconhecimento por seus trabalhos uma grande faixa de terra em continuação a sua propriedade comprada de João Gonçalves da Costa anos antes. Surge então o gigantesco latifúndio conhecido como “Borda da Mata”. Desse latifúndio surgirá boa parte dos municípios do médio Rio de Contas. A cidade de Jequié nasce do núcleo da “Fazenda Jequié”, umas das propriedades em que se fragmentou a “Borda da Mata” após a morte de Bittencourt.

A cidade configurou-se desde seus primórdios como um importante entreposto comercial das tropas de boiadas que subiam de Vitória da Conquista buscando Salvador. Logo surgem as primeiras residências e o povoado se desenvolve até ser registrado enquanto distrito de Maracás, anos mais tarde em 1897 recebe sua independência, transformando-se em um formidável porto de Terra. A ligação entre a cidade e o rio sempre foi conturbada. Se por um lado o curso d’água ofereceu subsídios valiosos para o surgimento da cidade, por outro as cheias periódicas do Rio das Contas constantemente causava prejuízos às instalações urbanas. Em 1914 a grande enchente do Rio das Contas destrói completamente o centro da cidade, local onde se encontravam os principais edifícios administrativos, a igreja e o comércio da cidade. A pesquisa em curso pretende demonstrar que o processo de urbanização da cidade de Jequié e da abertura das principais avenidas da cidade é uma resposta da administração pública a enchente, uma tentativa de afastar-se do curso do rio. Dessa forma a urbanização da cidade ocorre de maneira forçada, após a destruição causada pelas águas do Rio das Contas.

Palavras Chave: Jequié, Cidade, Urbanização.

MORFOLOGIA DA PRIMEIRA VILA DE ILHÉUS, NO OUTEIRO DE SÃO SEBASTIÃO (SÉCULOS XVI-XIX): ANÁLISE DOCUMENTAL E GEORREFERENCIAMENTO. Iuri Dantas da Silva Andrade – UESC

Nesta comunicação, serão apresentados os objetivos, os procedimentos metodológicos e os resultados da pesquisa de iniciação científica que visa identificar, descrever e analisar a configuração da morfologia urbana da vila de Ilhéus e de seus referenciais urbanísticos entre os séculos XVI a XVIII. O foco recai sobre a primeira vila de São Jorge (a Vila Velha), instalada no alto do Outeiro de São Sebastião. Objetivou-se reconstruir o traçado original de suas ruas, assim como identificar e localizar seus principais edifícios. Almejou-se, também, apreender o movimento de expansão da vila para a planície no seu devido tempo, haja vista não haver ainda um consenso sobre isso, pela falta de pesquisas fundamentadas em fontes confiáveis, em teorias consistentes e em uma metodologia adequada. Para a apreensão da gênese do espaço urbano da primeira vila de Ilhéus considerou-se que sua origem esteve vinculada à tradição urbanística portuguesa, na qual o traçado respeitava os relevos das elevações, tirando proveito deles e com um foco principal nas linhas de cumeadas. Nos topos, eram instalados os edifícios notáveis, como a igreja matriz, a casa da câmara, a Misericórdia. O traçado dos quarteirões também obedecia a critérios urbanísticos de matriz medieval ou renascentista, assim como a presença de muralhas, fortins e outros elementos de defesa. Fontes textuais e iconográficas fornecem pistas destas configurações, assim como um banco de dados das escrituras da vila de Ilhéus do século XVIII. As informações documentais permitiram a produção de mapas e infográficos com ferramentas de georreferenciamento, de maneira que os resultados da pesquisa se apresentam em forma de narrativa textual e de conjunto de mapas conjecturais de diferentes momentos da evolução urbana da antiga vila de Ilhéus

Palavras-Chave: morfologia urbana; traçado original; georreferenciamento

UM CAIS DE PORTO: UM ESTUDO SOBRE A ASCENSÃO E O DECLÍNIO DO PORTO DO PONTAL DE ILHÉUS (1911 – 1942). André Fontes Dantas

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Os portos atuam como zonas de comunicação entre as mais diversas populações em todo o globo. Neste caso, é pertinente afirmar que a circulação de ideias, informações e pessoas possibilitados pelos portos, os transformam em uma valiosa fonte de observação para se entender de que maneira as cidades e as relações desenvolvidas nelas se configuram. O Porto do Pontal de Ilhéus surge tendo a economia cacauera como motor propulsor, sendo este porto financiado pelo capital privado dos produtores de cacau no início do século XX. Investigando as inter-relações porto-cidades em Ilhéus - Bahia entre 1911 e 1942, e levando-se em consideração a relação da cidade de Ilhéus com a economia cacauera em evidência no período – uma das principais fontes de receita da balança comercial brasileira - este estudo propôs realizar uma análise das atividades do Porto do Pontal de Ilhéus, face a necessidade de colocação da produção cacauera diretamente no mercado internacional por parte de segmentos empresariais locais ligadas à lavoura cacauera. O porto, desde os seus primeiros suspiros de vida, era acometido por um crônico problema de assoreamento documentado

muito antes de sua fundação. As causas para este problema que poderia resultar no encalhe e naufrágio de embarcações, devia-se as conformações geográficas da baía do Pontal que sofria influência tanto das marés no canal de saída da baía como da foz do rio Cachoeira em seu outro extremo, contribuindo para o constante acúmulo de sedimento em seu leito. Para tanto, fazia-se necessário a presença constante de uma draga de sucção a fim de manter o funcionamento das operações do porto de maneira saudável. Uma vez que esta problemática teve seu tratamento feito de forma inconstante, realizando-se a dragagem em épocas pontuais de maior movimento no porto por não haver uma draga fixa ao contrário do que foi acordado pelas orientações do contrato de concessão com o Governo Federal, as atividades do porto foram possíveis apenas pelo envio de recursos enviados pelo governo – incluindo o empréstimo de uma draga - e mais tardiamente pela prática da alvarengagem que não satisfazia as determinações legais estipuladas. Ainda assim, encalhes e constantes atrasos de embarcações documentados em jornais e documentos da imprensa oficial foram atribuídos ao assoreamento. Porém, mesmo com o descumprimento das cláusulas contratuais, o contrato de concessão para a exploração do porto do Pontal não foi caçado. Assim, a partir da observação da dinâmica do porto e do impacto do assoreamento em suas atividades, lançar questões sobre estes aspectos apontados pode contribuir para o entendimento das conformações sociopolíticas e econômicas da Região Sul baiana. Neste contexto, buscamos compreender como ocorreu o declínio das atividades do porto em virtude de seu crônico problema de assoreamento, investigando em paralelo quais os motivos da adoção desta política de tratamento do assoreamento feita de forma irregular, de maneira a entender os possíveis motivos pelos quais a companhia concessionária do porto, mesmo mantendo o porto em condições de irregularidade, não teve o seu contrato de concessão caçado.

Palavras-chave: Porto/Cidade, Ilhéus, Atlântico

UM “VAGABUNDO” INCOMODA MUITA GENTE, UMA CÁFILA INCOMODA MUITO MAIS: OS MENORES ABANDONADOS DE ILHÉUS (1917-1930). Tiago Casaes Santos*

O objetivo dessa pesquisa é analisar as representações sobre os menores abandonados que viviam pelas ruas de Ilhéus entre 1917 e 1930, bem como suas formas de sobrevivências por meio da vendagem de doces e de sociabilidades através de brincadeiras, muitas delas repudiadas pela elite local. Identificar a cor e a condição social dos menores, contextualizando com o pós-escravidão e de que eles estiveram inseridos num tempo e numa cidade em pleno florescer dos melhoramentos urbanos e dentro de uma ordem política de modernidade. Verificando também os mecanismos de controle e repressão aplicados aos menores com o fim de expulsá-los dos espaços da cidade.

As fontes que habilitam tal pesquisa são os jornais que circulavam na cidade durante o recorte mencionado. Além de fontes iconográficas e leis e resoluções municipais.

O processo de desenvolvimento urbano ao qual a cidade de Ilhéus esteve intercalada durante as primeiras décadas do século XX, tratou-se de um progresso típico da Primeira República, ideal político copiado, sobretudo, dos franceses. Ao passo em que foram surgindo, crescendo e melhorando os grandes centros urbanos e que tais acontecimentos beneficiaram setores específicos da sociedade, outros foram completamente excluídos desse processo.

* Graduando em História pela UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz

Dentro do ideal de beleza da Belle Époque, não havia espaço para as “crianças maltrapilhas” ou a “cáfila asquerosa de desocupados”, expressões utilizadas de maneira frequente pelos jornais.

O jornal faz menção de que os “menores vagabundos” ficavam pelas calçadas com brincadeiras perniciosas e apresenta o ideal de “homem de bem” ligado a algum tipo de ocupação ou trabalho. A ideia era de que o menor de rua precisava de uma instrução moral, fazendo um bom uso do seu tempo, como Thompson descreve a respeito da disciplina do trabalho através do conceito de “uso-econômico-do-tempo”.

Em 30 de Novembro de 1921 o *Jornal Correio de Ilhéus* trazia no título da matéria a seguinte manchete: “Menores vagabundos, a cidade está cheia deles”. O termo vagabundo é uma associação a vadio ou a prática da vadiagem. Ao longo do período escravista e em especial o século XIX, o termo vadiagem sempre esteve ligado ao negro. O *Código Penal de 1890* reforça essa associação de maneira legal. Walter Fraga Filho explica o conceito de vadio no seu livro *Mendigos, moleques e vadios*. A exatidão das fontes e a realidade do período apontam que, os menores que viviam pelas ruas se tratavam de crianças pobres e, na sua maioria, de cor negra. E algumas fontes iconográficas têm servido para corroborar tal afirmativa.

Além dos discursos hostis estampados nas manchetes e notícias dos jornais reportando-se aos menores, havia um apelo corriqueiro ao tenente de polícia que pudesse resolver o problema dos “menores vagabundos”, seja de forma repressiva, através do uso da força ou do encarceramento. Com o surgimento do Código de Menores em 1927 e, posteriormente, uma mudança no Código Penal em 1940, mudam-se também os discursos quanto à preocupação com os menores abandonados da cidade de Ilhéus, mas as práticas repressivas permanecem.

Palavras chave: Infância; Menor abandonado; Ilhéus

AS “CONVENIÊNCIAS TÁTICAS” NA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: EXPERIÊNCIAS DE MORADIA NA FORMAÇÃO DO BAIRRO JOÃO SOARES – ITABUNA. Rodrigo de Oliveira Lelis

Graduado em História – UESC

Durante os 15 anos de clandestinidade os moradores do João Soares foram somando ações e práticas, criando “táticas”, formas de enfrentar a “ordem” urbana construída pelos “fortes”, Esses “fortes” constroem o ideal de cidade, a planejam, se agrupam construindo “estratégias” para dominar todo o espaço citadino. E o que fazem os “fracos”? Resistem, mas como resistem? Essa foi a pergunta que sempre me fiz: a resposta encontrada não poderia ser mais cristalina. Eles vivem assim, eles resistem. Viver parece algo natural, comum, irrelevante, como pode todo mundo viver e isso ser um diferencial? A forma de se viver, essa forma é o diferencial, como se vive, como se faz para viver? Quais escolhas tomar? E por quê? A cidade está repleta de exemplos que nos indicam de que forma esses moradores praticam, vivem e estabelecem o seu “território”. As práticas cotidianas do bairro João Soares são aqui entendidas como “táticas”, É nos espaços deixados pelo poder disciplinador da ordem urbana, que os moradores vão construindo suas relações. Essas relações são reforçadas pelo laço de proximidade. Dia após dia, vagarosamente, vai se construindo o bairro, não só

fisicamente, com o aparecimento de ruas casas e comércios, mas também nas teias da relação social. Os moradores do bairro vivem numa condição social de conveniência onde há implicitamente, um conjunto de comportamentos e maneiras aceitáveis que trazem algum tipo de benefício a quem as pratica. A “conveniência” representa o compromisso que cada pessoa tem de contribuir com a vida coletiva, respeitando uma espécie de contrato social e, portanto, tornando possível o cotidiano. Em um primeiro momento parecem ações irrelevantes: vender fiado, saudações amistosas, “ser considerado”, “saber se entrar”. Entretanto são essas pequenas ações que constroem um “engajamento”. Ou seja, esse “engajamento” é arquitetado por essas “práticas”. Por esse motivo os “comportamentos” são decisivos para a construção do “seu lugar” nas relações sociais inscritas no bairro. As formas de enfrentar a “ordem” se escondem na sutileza da vida cotidiana.

Palavras-chave: Cotidiano; urbanização; moradia;

ILHÉUS: A CIDADE QUE SE CONHECE, A CIDADE QUE NÃO SE QUER (RE) CONHECER (1924-1927). Igor Campos Santos (UESC)

No início do século XX, a cidade de Ilhéus passa por um enriquecimento progressivo nunca visto antes, proporcionando-lhe um progresso material extraordinariamente rápido. A riqueza gerada pelo cacau, o tão afamado fruto do ouro, provocou mudanças na configuração espacial da cidade, assim como modificou a maneira de viver e habitar a mesma. A partir dos anos de 1910, a cidade passa por alguns melhoramentos na sua estrutura sanitária, no oferecimento de serviços públicos e alinhamento de algumas vias a fim de acomodar a crescente elite cacauicultora que começa a morar no centro, além disso, nesse mesmo período, já podemos observar uma mudança no estilo arquitetônico dos principais prédios da urbe. Na década de 1920, de pequena cidade colonial do interior nos anos anteriores, Ilhéus transformara-se na rica e bela “Princesinha do Sul”. Sob a administração de Mário Pessoa (1924-1927), é levantada a planta cadastral da cidade e do pontal de São João da Barra, e instituído um Código de Posturas que visava regular as construções privadas, alinhar ruas e regular a utilização dos espaços públicos. O objetivo era transformar Ilhéus na capital do cacau e para isso era necessário urbanizá-la e torna-la bela, isso causou no poder público municipal uma tentativa de exclusão das classes populares que trabalhavam ou habitavam o centro urbano. Além disso, nem só de riqueza e beleza vivia a cidade de Ilhéus, estando aí presentes, também, a imagem da pobreza e da “feiura” caracterizada pelos arrabaldes, zonas rurais e pela presença da população pobre, majoritariamente mestiça, pois, ao contrário do que a historiografia hegemônica apresenta, os pobres estavam presentes e faziam parte do cotidiano da Princesinha do Sul. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é percorrer a cidade de Ilhéus nos anos de 1924 a 1927, período da administração do intendente Mário Pessoa, buscando destacar as resistências e vivências dos subalternos na mesma, reconhecendo a existência de outras memórias, silenciadas pelo processo de homogeneização histórica, a fim de colaborar para a composição de um outro quadro na historiografia local.

Palavras-chave: Ilhéus; urbanização; subalternos.

UM CAIS DE PORTO: UM ESTUDO SOBRE A ASCENSÃO E O DECLÍNIO DO PORTO DO PONTAL DE ILHÉUS (1911 – 1942). André Fontes Dantas²⁵

Os portos atuam como zonas de comunicação entre as mais diversas populações em todo o globo. Neste caso, é pertinente afirmar que a circulação de ideias, informações e pessoas possibilitados pelos portos, os transformam em uma valorosa fonte de observação para se entender de que maneira as cidades e as relações desenvolvidas nelas se configuram. O Porto do Pontal de Ilhéus surge tendo a economia cacauífera como motor propulsor, sendo este porto financiado pelo capital privado dos produtores de cacau no início do século XX. Investigando as inter-relações porto-cidades em Ilhéus - Bahia entre 1911 e 1942, e levando-se em consideração a relação da cidade de Ilhéus com a economia cacauífera em evidência no período – uma das principais fontes de receita da balança comercial brasileira - este estudo propôs realizar uma análise das atividades do Porto do Pontal de Ilhéus, face a necessidade de colocação da produção cacauífera diretamente no mercado internacional por parte de segmentos empresariais locais ligadas à lavoura cacauífera. O porto, desde os seus primeiros suspiros de vida, era acometido por um crônico problema de assoreamento documentado muito antes de sua fundação. As causas para este problema que poderia resultar no encalhe e naufrágio de embarcações, devia-se as conformações geográficas da baía do Pontal que sofria influência tanto das marés no canal de saída da baía como da foz do rio Cachoeira em seu outro extremo, contribuindo para o constante acúmulo de sedimento em seu leito. Para tanto, fazia-se necessário a presença constante de uma draga de sucção a fim de manter o funcionamento das operações do porto de maneira saudável. Uma vez que esta problemática teve seu tratamento feito de forma inconstante, realizando-se a dragagem em épocas pontuais de maior movimento no porto por não haver uma draga fixa ao contrário do que foi acordado pelas orientações do contrato de concessão com o Governo Federal, as atividades do porto foram possíveis apenas pelo envio de recursos enviados pelo governo – incluindo o empréstimo de uma draga - e mais tardiamente pela prática da alvarengagem que não satisfazia as determinações legais estipuladas. Ainda assim, encalhes e constantes atrasos de embarcações documentados em jornais e documentos da imprensa oficial foram atribuídos ao assoreamento. Porém, mesmo com o descumprimento das cláusulas contratuais, o contrato de concessão para a exploração do porto do Pontal não foi caçado. Assim, a partir da observação da dinâmica do porto e do impacto do assoreamento em suas atividades, lançar questões sobre estes aspectos apontados pode contribuir para o entendimento das conformações sociopolíticas e econômicas da Região Sul baiana. Neste contexto, buscamos compreender como ocorreu o declínio das atividades do porto em virtude de seu crônico problema de assoreamento, investigando em paralelo quais os motivos da adoção desta política de tratamento do assoreamento feita de forma irregular, de maneira a entender os possíveis motivos pelos quais a companhia concessionária do porto, mesmo mantendo o porto em condições de irregularidade, não teve o seu contrato de concessão caçado.

Palavras-chave: Porto/Cidade, Ilhéus, Atlântico

²⁵ Graduado em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Mestre pelo Programa em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus V.

MORFOLOGIA URBANA DA VILA DE ILHÉUS (SÉCULO XVIII-XIX): ANÁLISE DOCUMENTAL E GEORREFERENCIAMENTO. Ruana Alencar Oliveira

Esta pesquisa tem o objetivo de descrever e analisar a configuração da morfologia urbana da vila de Ilhéus e de seus referenciais urbanísticos nos séculos XVIII e XIX. A apreensão dos elementos mais marcantes do urbanismo de matriz portuguesa permitiu a identificação de elementos típicos daquela escola no traçado e na arquitetura da vila de Ilhéus, originada no início do processo colonial português na América. Sua morfologia espacial obedecia aos imperativos funcionais de comércio, defesa e as expressões do poder do Estado e da Igreja. Especial atenção tem sido dada à toponímia, aos aspectos arquitetônicos e aos elementos das fontes que revelam os padrões de quarteirão, lotes e a disposição das ruas, travessas e praças presentes na vila de Ilhéus. Esses elementos se conformam em padrões de ocupação e de organização do espaço, os quais acabam por informar as transformações e expansões que se sucedem no tempo. Portanto, o objetivo da pesquisa foi decodificar os “códigos genéticos” de matriz lusa que determinaram formas ainda hoje presentes na malha urbana do território de Ilhéus e entender os significados da sua morfologia. As fontes textuais utilizadas na pesquisa são principalmente as crônicas de autoridades e viajantes que viveram ou passaram por Ilhéus ao longo do período em foco, assim como um banco de dados com os registros de cartório das escrituras de compra e venda dos séculos XVIII e XIX. Recorreu-se também a fontes iconográficas, como gravuras e mapas antigos, além de fotos das duas primeiras décadas do século XX, disponíveis no CEDOC-UESC. Com o recurso de ferramentas de georreferenciamento, foi possível espacializar os dados textuais e iconográficos, resultando na elaboração de mapas conjecturais que buscam reencontrar a antiga vila colonial de Ilhéus. Conclui-se que na estrutura da cidade moderna perduram traços da cidade colonial, os quais se pretendeu evidenciar com essa pesquisa.

Palavras-Chave: Morfologia urbana; Vila de Ilhéus; Georreferenciamento.

ELEIÇÕES NA CIDADE DE ITABUNA-BA: 2016. Carlos Alexandre Lima Reis²⁶ e Teresinha Marcis²⁷

A partir de uma reflexão sobre a formação política na Bahia desde a Primeira República e os diversos fatores que contribuíram para o estabelecimento de práticas de coronelismo no estado, desenvolvemos uma discussão acerca das formas de se fazer política na região cacaueteira tomando como recorte a cidade de Itabuna. O nascimento da República foi marcado pela insatisfação das elites com a desestruturação na economia baseada na monocultura escravista do açúcar entre outros fatores sociais e políticos que contribuíram de forma significativa para o fim do regime imperial. A história da Bahia no período da república expõe a peculiaridade de ter sido a última província a aderir ao movimento republicano. As elites baianas apresentaram uma grande resistência ao novo regime de governo principalmente, porque as comunidades eram basicamente rural, envolvida nas suas raízes tradicionais. A elite

²⁶ Graduando do 8º semestre do curso de Ciências Sociais - Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus-Ba.

²⁷ Doutorado em História, docente do curso de História da UESC, orientadora do TCC.

agrária baiana agrária beneficiou-se com a chamada política dos governadores aproveitando-se do eleitorado principalmente rural e com alto índice de analfabetismo. Desenvolve-se nesse cenário político a presença do coronel, não só como um chefe local, mas, garantindo a conquista eleitoral no seu espaço político negociando geralmente, através de favores, inclusive a distribuição de empregos públicos. Na região sul da Bahia a cidade de Itabuna foi um dos locais onde os coronéis centraram suas atividades, consolidando o mandonismo local, reunindo os três elementos vitais ao controle do poder: a força econômica, o prestígio político e a violência. O coronelismo tem como característica secundária o populismo com o desenvolvimento de um candidato com perfil de protetor dos pobres, tomando para si a função do Estado, como fazia os coronéis na República Velha. Não diferente, nessa nova roupagem observada neste último pleito eleitoral municipal (2016) atrelado como característica do populismo surge no cenário itabunense, com mais evidência, a discussão sobre a política fernandista. O candidato Fernando Gomes é apresentado como um imaginário do povo itabunense, que por se eleger tantas vezes passou a ser visto como um fenômeno denominado de fernandismo.

Palavras-chave: Eleições. Coronelismo. Populismo.

EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE ITAMARI-BAHIA (1940 – 1962)²⁸. Sávio Leal Oliveira²⁹

O estudo de história e cidade com enfoque no processo emancipacionista tem avançado cada vez mais nos espaços acadêmicos e de pesquisas, e por isso, o desenvolvimento de um projeto ligado a esta área temática é imprescindível para contribuição da pesquisa histórica, preservação e valorização do objeto de estudo em foco. Com isso a pesquisa em desenvolvimento busca analisar o processo emancipatório do município de Itamari, localizado no baixo sul da Bahia, correlacionando com o contexto nacional dos “ciclos emancipacionistas” dos municípios no Brasil entre 1940 e 1970. Em resumidas palavras a pesquisa pretende identificar os agentes e fatores políticos/sociais/econômicos que influenciaram no processo de desmembramento do distrito de Itamari ao município de Gandu. Localizado no sul da Bahia, na zona norte da Região cacauzeira baiana, o município de Itamari (antiga fazenda Tabocas, antes distrito de Gandu) ocupa uma área de 143 quilômetros quadrados e, segundo o IBGE 2016, tem uma população estimada em 8.495 habitantes. Itamari limita-se com outros municípios, a saber: Gandu, Apuarema e Nova Íbia. Com a municipalização de Gandu, ocorreu alterações na jurisdição distrital pela lei estadual nº 1008, de 28-07-1958, transferindo o distrito de Itamari do município de Ituberá para o novo município de Gandu. Novos horizontes foram abertos aos “taboquenses.” O comércio já se constituía, além dos feirantes, de várias lojas, vendas e de uma farmácia. A comercialização dos produtos agropecuários aumentou e com ela o crescimento econômico e social do novo distrito. Assim como em Gandu, o Deputado Nelson David Ribeiro engendrou no processo de

²⁸ Pesquisa em desenvolvimento para apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso.

²⁹ Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. 8º Semestre Bolsista do Programa Institucional de Iniciação a Docência – PIBID UESC / CEEP em Biotecnologia e Saúde

Contato: e-mail: saviolealol@gmail.com – TEL: (73)998006343

municipalização de Itamari juntamente aos personagens históricos figurados na família Freire e as outras famílias oriundas das uniões matrimoniais que, a partir da família Freire, constituíam uma genealogia (Ribeiro, Vasconcelos, Galvão, Andrade) e que, até então, eram reconhecidos como os pioneiros e agentes do “progresso” naquela região. Assim, finalmente, em 18 de Julho de 1962, o Governo do Estado da Bahia decretou, por meio da Lei nº 1725, que a Fazenda Tabocas foi elevada à categoria de município, com o nome de Itamari.

Palavras-Chave: Emancipações – Municípios – Clientelismo

Sessão de Comunicação 7: MOVIMENTOS POLÍTICOS E SOCIAIS: NARRATIVAS E DISPUTAS. Coordenador: Carlos Alberto Oliveira de Oliveira

O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE NÍVEL SUPERIOR NO EIXO ILHÉUS – ITABUNA –BA: O processo de estadualização da FESPI. João José dos Santos

Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC

SANTOS_RESUMO, Neste estudo nos ocupamos de desvendar determinados aspectos inerentes ao processo de formação e consolidação do Movimento Estudantil no eixo Ilhéus - Itabuna, no Sul da Bahia, realçando como este reagiu e participou das etapas da abertura política no país nos anos de 1980 e, no âmbito regional, qual o papel desse movimento em prol da Estadualização da FESPI (Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna) e criação da UESC no evolver daquela conjuntura, e também como esses estudantes se integraram aos protestos nacionais do “Fora Collor” em 1992. Nosso ponto de partida e o recorte temporal que baliza este estudo é a década de 1980, quando estudantes da FESPI se rebelaram reivindicando um ensino superior gratuito e de qualidade, já que o número de IES (Instituição de Educação Superior) existentes na região sul baiana ainda era insignificante para atender à grande demanda daquela sociedade, sobretudo no eixo Ilhéus – Itabuna, maior núcleo populacional regional, onde o acesso ao ensino superior era restrito a poucos cidadãos. No entanto, constatamos que são poucos os registros escritos acerca do processo que permeou a formação, organização e estruturação do ensino superior público na região, o qual se concretizou na estadualização da FESPI e criação da UESC no início dos anos de 1990. Os fatos e acontecimentos que marcaram essa transição motivaram as pesquisas que realizamos em acervos e fontes com vistas a coletar, selecionar e analisar o perfil do ME regional a época, e cujos resultados obtidos e aqui expostos podem contribuir para a presente (e também futura) geração estudantil enquanto suporte e veículo para auxiliar na compreensão da história e formação do MEU nestas “terras do sem fim”.

Nas análises do contexto regional do período, o realce será dado ao Movimento Estudantil de nível superior, objeto desse estudo, e às suas ações nos anos de 1980 até 1992, momento em que a sociedade brasileira se libertava politicamente de uma Ditadura que, por longo período, oprimiu vários segmentos sociais e calou a voz de artistas, intelectuais e outros cidadãos que se manifestaram criticamente contra o governo militar e autoritário (1964-1980).

Ressaltamos que os procedimentos metodológicos adotados neste estudo são bastante usuais na área das Ciências Humanas, onde procuramos situar o objeto de pesquisa no desenvolvimento do texto recorrendo ao Método Bibliográfico, sobretudo pela escassez de fontes sobre o MEU regional. Por conseguinte, acreditamos que os esforços empreendidos na realização deste estudo, podem subsidiar o conhecimento da juventude que se interessa pela temática, que disporá de maiores elementos relativos à memória e trajetória histórica do MEU regional, bem como do papel deste no processo de redemocratização do Brasil nos anos de 1980 e no movimento de criação da UESC/Estadualização da FESPI nos inícios da década de 1990.

Palavras-chave: Ensino Superior; Movimento Estudantil; Eixo Ilhéus-Itabuna; Século XX.

OPINIÃO QUE INCENDEIA: DISCURSOS SOBRE HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA NO JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA (1978-1981). Thasio Fernandes Sobral

Universidade Federal da Bahia

As décadas 1950 e 1960 trouxeram mudanças significativas no cenário internacional, refletindo alguns de seus aspectos no Brasil. A efervescência cultural e política representada pelo movimento da contracultura deu ares políticos à liberdade sexual. No Brasil, apesar da Ditadura Militar instaurada desde 1964, essas discussões se tornaram tão explícitas que viabilizaram na década de 1970 o início de uma nova configuração sociopolítica, com diversas contestações culturais no Brasil. O contexto concedeu os instrumentos necessários para construir um jornal homossexual no nível nacional, que pudesse oportunizar a presença de uma voz positiva sobre a homossexualidade. Em 1978, o *Lampião da Esquina* chegava para iluminar. O jornal foi o primeiro a ser distribuído nacionalmente e emergiu quando um grupo intelectualizado de homossexuais masculinos se dispuseram em abordar a homossexualidade de maneira direta, pública e política. Sem rodeios queriam iluminar o tema. Rodando suas 38 edições durante abril de 1978 e julho de 1981, a organização do *Lampião da Esquina* ficava distribuída em uma rede aglomerada de seções, com estruturas que iam se modificando ao longo do tempo. Como o nome sugere, a seção *Opinião* era o local de exposição de ideias. Concentrava-se em pontos de vista sobre a condição homossexual, sobre o campo da política ou sobre temáticas que envolviam outras minorias. Acredita-se que a análise dos discursos presentes nas matérias na *Opinião* possa trazer evidências não somente sobre a homossexualidade no período da Ditadura Militar, mas principalmente sobre a concepção de homossexual que o *Lampião* tentava promover. A centralidade dada a esta seção é motivada pela posição explícita dos editores do jornal sobre os comportamentos associados à homossexualidade, fazendo desta um elemento representativo sobre o posicionamento do periódico sobre estes sujeitos. Das 38 edições publicadas pelo Conselho Editorial, apenas 18 delas possuem a seção *Opinião* em suas páginas. Destas, apenas 6 foram categóricas na apresentação de comportamentos que os homossexuais deveriam ter sobre o exercício da sexualidade. Levando em conta essa seção documental, parte-se de um horizonte metodológico baseado na Análise do Discurso, tal como propõe Eni Puccinelli Orlandi, articulando-o com a perspectiva teórica fundamentada no campo da História das Masculinidades, em especial na aplicação do conceito de masculinidade hegemônica, sugerido por Robert W. Connel e James W. Messerschmidt. Procura-se discutir sobre os

aspectos que moldaram os discursos do *Lampião* a respeito da homossexualidade, tentando abarcar as nuances histórico-sociais e a constituição de seus sujeitos. Busca-se evidenciar quais arquétipos de homossexuais as fontes possam revelar.

Palavras-chave: Homossexualidades Masculinas; Lampião da Esquina; Masculinidades

AS INFLUÊNCIAS DA III INTERNACIONAL COMUNISTA NA POLÍTICA DO PCB DE 1928 À 1934. Brenno Damasceno Varjão Carvalho³⁰; Luiz Henrique dos Santos Blume³¹

Universidade Estadual de Santa Cruz

O presente trabalho tem a intenção de discutir as Influências da III Internacional Comunista (Komintern) nas alterações de diretrizes políticas do PCB entre os anos de 1928 à 1934, especialmente o papel do VII Congresso da Internacional Comunista, ocorrido em Moscou entre o final de Julho e o início de Dezembro de 1928. O intuito do presente trabalho, é apresentar os reflexos das alterações feitas pelo grupo dirigente da Internacional, que defendia a ideia de que um partido legitimamente de massas deveria ter em suas direções figuras de origem operária e que fossem capazes de por em prática as ações que fossem impostas pela direção da IC e da Seção Sulamericana da IC. As teses do VI Congresso estabeleciam que "os comunistas devem tomar parte ativa e geral no movimento revolucionário de massas dirigido contra o regime feudal e contra o imperialismo, inclusive onde esse movimento estiver sob a direção da pequena burguesia. Para isso, os PCs não têm de se subordinar, sob hipótese nenhuma, a seus aliados temporários". Tais medidas repercutiram em um momento conturbado de organização do PCB e de sua vida política, recebendo críticas pela sua participação no Bloco Operário Camponês (BOC) e da formação das Frentes Únicas, as quais visavam o rompimento da exploração imperialistas e a luta pela hegemonia da classe trabalhadora no comando das atividades da vida política brasileira. A repercussão direta no III Congresso do PCB ocorrido no final de 1928 ao início do ano de 1929, deixariam clara a influência de Moscou nas diretrizes partidárias. Entre as principais diretrizes adotadas, as análises que apontariam o caráter semicolonial do Brasil e seu capitalismo dependente, a avaliação que grande parte da Classe Operária Brasileira era de origem camponesa, e que a pequena-burguesia nacional tenderia a aliar-se a setores do proletariado mas que a mesma não seria o suficiente para levar a revolução brasileira às suas últimas consequências. Assim como também seriam incorporada todas as críticas ao BOC e a necessidade de uma forte luta antiimperialista dentro do país. Dentro de todos os pontos apontados, as alterações de levar-se um governo democrático-burguês e a radicalização da linha política, afim de manter uma política orgânica e independente, levam ao partido ao isolamento político, uma vez que, jogado para uma fantasiosa aliança com as "massas agrícolas" do país, os comunistas ficavam à margem do movimento real da história. Por outro

³⁰ Estudante de graduação do 9.o semestre - Licenciatura em História da UESC.

³¹ Professor-orientador. Curso de Licenciatura em História da UESC.

lado, não há como negar que assim perdia o elo que atava a elaboração política dos comunistas às contradições específicas da formação social brasileira.

Palavras chave: PCB, Internacional Comunista, Obreirismo

O ESCRACHO COMO PRÁTICA NO SINDICATO DOS COMERCIÁRIOS DE ITABUNA-BA (1994-2005). Marcelo Fontes Assunção (UESC)

O presente trabalho tem como objetivo abordar as questões relativas ao novo perfil do comércio assim como do comerciário na cidade de Itabuna-Bahia entre as décadas de 1990 e 2000. O início da década de 1990 marcou efetivamente a mudança de postura do órgão após a eleição de Ramon Cardoso para presidente. Há a mudança do grupo político no comando da entidade acompanhada de novas atitudes de reorganização da categoria em busca dos aspectos pelos quais luta. Campanhas Salariais anuais, distribuição de jornais editados pela instituição, assembleias mais frequentes, maior participação em assuntos que envolvem direta e indiretamente a categoria, maior relacionamento com a sociedade local fazem parte desse novo modo de gerir. Por exemplo, a prática do escracho como modo de chamar a atenção para desmandos ocorridos em supermercados alertando tanto ao dono do estabelecimento como para os clientes o desrespeito aos direitos estabelecidos por lei ao trabalhador. Tal atitude era realizada nas lojas do comércio em geral e notadamente em frente aos supermercados Itão, Messias e posteriormente no Hiper Bompreço pelos sindicalistas consistindo na confecção de faixas “escrachando” quais direitos do trabalhador que estavam sendo desrespeitados, chamando a atenção dos clientes em alto e bom som, “manchando” a imagem das empresas perante a sociedade local.

O que se pretende é traçar o perfil das ações exercidas a partir de então através das notícias publicadas em jornais de circulação local e boletins editados pelo próprio Sindicato dos Comerciários. Para isso, tais fontes serão examinadas no sentido de detectar a partir de quando e porque a chamada prática do escracho começou a ocorrer como recurso na luta sindical comerciária. Será feito um levantamento através de pesquisas nos jornais A Região e Jornal Agora, de grande circulação na cidade de Itabuna entre os anos 1990 e 2000, bem como do boletim Comerciários na Luta, produzido pelo Sindicato dos Comerciários de Itabuna. Há também um acervo fotográfico, com aproximadamente 500 imagens já devidamente trabalhadas que serão utilizadas para ilustrar as modalidades de atividades realizadas pelo órgão. Este trabalho além de relevância historiográfica tem grande importância acadêmica, haja vista o fato de debater sobre a categoria comerciária e suas lutas no município de Itabuna, destacando-se após o cacau, seu principal meio de renda declinar de produção devido a vassoura de bruxa.

A opção pela categoria e abordagem de posturas adotadas pelo sindicato se deve ao fato da importância que o comércio adquire na cidade influenciado pela crise do cacau e internamente após ultrapassar a fase de intervenção ditatorial e o rompimento de práticas meramente assistencialistas.

Esse trabalho é relevante na medida em que difere dos poucos trabalhos que abordam a categoria comerciária na região e no município. A opção pelo comerciário e por práticas adotadas no sindicato que o representa vem da importância adquirida pelo comércio após o declínio vertiginoso da produção cacaujeira e no aspecto interno, pela reformulação da entidade depois das trocas de gestão e rompimento da postura meramente assistencialista.

Palavras-chave: Escracho-Sindicato dos Comerciários de Itabuna-Ba-Perfil do comerciário.

O MOVIMENTO NEGRO E A MÚSICA, ESTILO RAP, PÓS REGIME MILITAR. **Lanna Sáskia da Paixão Santos**

A luta do movimento negro pode ser vista reconhecida, mesmo que de forma pouco organizada, no período escravagista com a formação dos quilombos, na capoeira e nas canções trazidas pelos africanos como uma voz para que não perdessem a sua identidade. Antes de tudo, reconhecemos que a ideia de supremacia branca continua viva e que as mobilizações do movimento negro e as ações afirmativas vem sendo combatidas e minadas pelo racismo enraizado na sociedade. Nesse sentido, este trabalho tem como principal objetivo entender e discutir as questões étnico-sociais, enfatizando o período pós Regime Militar e destacando o papel que o negro vem cumprindo na sociedade. De acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2015, 53,2% dos estudantes pretos ou pardos de 18 a 24 anos de idade ainda cursavam níveis de ensino como fundamental e médio, enquanto os estudantes brancos tinham uma proporção de 29,1%, e a desigualdade se instala também quando se trata de condições de domicílios, onde pretos e pardos configuravam 73,5% dos que viviam expostos em condições precárias. Assim, tentaremos abordar a condição de marginalidade em que a população preta se encontra, indo, imediatamente, de encontro com a afirmação: “não existe racismo no Brasil”. Procuramos entender, também, como o movimento negro vem se posicionando desde o período citado acima e suas vertentes de luta. Neste momento, em que se enquadra a música que é uma das manifestações da cultura popular que exerce grande participação na construção da identidade de uma sociedade e leva a um progresso na formação social. Através da música é possível que haja uma abordagem de temas necessários à discussão, para levantar questionamentos e levar indivíduos de determinado grupo a formação da ideia de pertencimento. Nesse contexto, o presente trabalho, pretende tratar da participação do movimento negro na música, especificamente após o regime militar, usando essa representação como meio de luta. Levando-se em consideração o momento de redemocratização vivido pelo país, quando a luta contra a ditadura militar aparentemente vai diminuindo – entra-se em um novo cenário político – e a partir daí os grupos começam a discutir suas próprias pautas. Delimita-se aqui o estilo musical a ser tratado e usado sendo o rap, a escolha, por ser atual e tão somente carregar em suas letras fortes discursos sobre questões raciais, contra discriminações, racismo e desigualdades e por ter em sua composição e formação maior participação dos negros.

Palavras chaves: racismo; movimento negro; música.

“QUANDO A GENTE TAVA MODA”: LAZER, IDENTIDADE E MEMÓRIA NA CENA BLACK BAHIA DO SUL (1970 - 1989). Josielle Santana dos Santos

Graduada em História – UESC

Atualmente, podemos observar em várias partes do país, bem como na cidade de Ilhéus, grupos de pessoas que ainda se reúnem para ouvir, relembrar histórias, acontecimentos e até dançar ao som de gêneros e estilos musicais da Black Music que fizeram sucesso no Brasil nos anos 70/80 como o soul e o funk. Um exemplo desse fato é o chamado "Quartirão do Soul" em Belo Horizonte, o qual nasceu espontaneamente a partir do desejo de alguns ex frequentantes dos famosos bailes black - onde se tocavam essas músicas - de reviver aquele momento. Há ainda distribuídos pela internet vídeos, fotos, documentários e registros de eventos e bailes que são promovidos até hoje com esse mesmo intuito. Assim, através dessas observações surgiu o interesse de buscar compreender porque esse fenômeno dos bailes black deixou marcas que permanecem latentes na vida, identidade e memória desses sujeitos, em especial dos ilheenses. A partir da década de 1970 foi se formulando uma atmosfera em torno da Black Music. Uma atmosfera construída não apenas a partir da assimilação e apropriação de uma “moda soul” ou de símbolos estadunidenses, mas também através do deslocamento e da transformação desses elementos recebidos. Dessa forma, na medida em que esses estilos e gêneros musicais ganhavam popularidade no país, os bailes black começavam a se disseminar consolidando o que a maioria dos estudiosos sobre o tema denominaram de : “movimento black soul”. O movimento black soul sem dúvida, foi um meio de transmissão de informações, valores e ideais para a comunidade negra brasileira, tanto que muitos militantes do movimento negro frequentavam bailes e admiravam a black music. Contudo, a música e os bailes não se configuraram da mesma forma em todos os lugares, muito menos ocasionaram as mesmas percepções de identidade e sentimentos. Logo, este trabalho tem por objetivo analisar o fenômeno dos bailes black em Ilhéus nos anos 1980 tentando destacar a contribuição do movimento black soul na formação de uma identidade negra na cidade. Vale ressaltar a existência de diversos autores que abordam a temática da Black Music, tais como, Amanda Pallomo Alves, Silvio Essinger, Hermano Vianna, Carlos Henrique dos Santos dentre outros, entretanto, trazem em suas abordagens elementos referentes aos grandes centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro. Claro, não se pode negar o pioneirismo dos mesmos e a importância desses trabalhos em nossos estudos. Todavia, o protagonismo de outras regiões também merece destaque na constituição dessa história.

PALAVRAS CHAVE: Baile Black; Identidade; Ilhéus

A SOCIEDADE MONTEPIO DOS ARTISTAS DE ITABUNA NO ESTADO NOVO (1937-1945) . Cristina Jesus dos Santos³²

Este trabalho é parte da investigação e reflexão das práticas dos trabalhadores organizados na Sociedade Montepio dos Artistas de Itabuna (SMPAI), e sua relação com a política do Estado Novo brasileiro (1937-1945). Procura-se analisar a cultura associativa existente no sul da Bahia, especificamente em Itabuna, por meio desta agremiação associativa. Para isto utiliza-se dos documentos presentes no acervo documental da Sociedade (ASMPAI), composto por livros de atas, fotografias, livros de presença, álbum social dentre outros. Isto correlacionando e dialogando com a produção historiográfica e teórica do período estudado, em nível regional e nacional. Inicialmente apresenta-se o contexto nacional e internacional na ocorrência do golpe que culminou no Estado Novo de forma abrangente. Feito esta caracterização geral, discute-se a relação da SMPAI com a política estado-novista, principalmente no que se refere ao trabalhismo e às políticas do programa social de Vargas. Verifica-se que os artistas e operários associados na SMPAI, foram capazes de se articular e dialogar com a política nacional, no período do Estado Novo, estabelecendo uma relação de condescendência com autoridades políticas, tentando dialogar com as mesmas. O que foi viabilizado por dispor de uma estrutura sólida e prestígio social, construídos ao longo da década anterior, ao mesmo tempo em que pertencia a uma diversificada e expressiva rede associativa na cidade de Itabuna e arredores. O estudo em andamento tenta perceber, também, quem eram estes sujeitos, seu perfil e localização social. Tentamos com este trabalho, contribuir para a historiografia regional do sul da Bahia, onde os trabalhadores são sempre apresentados como subordinados, desorganizados e apáticos à política, sendo incapazes de reagir ou responder de alguma forma (ou de forma organizada) às movimentações políticas em seu entorno. As experiências dos artistas e operários agremiados na SMPAI são uma demonstração de sua própria capacidade de formar de uma cultura associativa de trabalhadores (sociedades, grêmios, clubes, associações etc) para se defenderem.

Palavras chaves: Estado Novo, Cultura Associativa,

“MAIS FORTES SÃO OS PODERES DO POVO”: METÁFORA, MÚSICA E REVOLUÇÃO EM “DEUS E O DIABO NA TERRA DO SOL” Clarissa Damasceno Melo

Deus e o diabo na terra do sol (1964), do diretor cinemanovista Glauber Rocha, foi responsável por projetar o cinema brasileiro em festivais internacionais, numa estética em que o subdesenvolvimento esteve como gérmen de criação de uma narrativa artística, mas sobretudo política, a denunciar as profundas fraturas sociais de um país que, por conta de suas contradições, ensaiava sua revolução. Dessa maneira, no filme, o território sertanejo foi tido como espaço de significação de uma realidade não apenas regional, mas nacional, em que suas contradições sociais e políticas traduziam a realidade geral de subdesenvolvimento do país. A presente pesquisa ocupa-se em investigar a) em quais momentos do filme são construídas metáforas de uma revolução brasileira, b) como a música de Heitor Villa-Lobos e Sérgio Ricardo, presentes na voz de um cancionista popular, costura a narrativa fílmica,

³² Pós-graduanda em História do Brasil na Uesc.

ambientando as personagens da trama e, b) como as trovas populares do cordel corporificam sua importância na composição geral do roteiro do filme, vez que, presentes, dão uma outra dimensão de significado às cenas. Por fim, pretende-se, à luz de discussões acerca da situação de subdesenvolvimento do Brasil, levantadas por Caio Prado Jr (1987), entrelaçadas às discussões de Paulo Emílio Sales Gomes (1995), que considerou essa condição econômica como mola propulsora de construção da estética utilizada no movimento Cinema Novo, compreender como o roteiro do filme e suas metáforas, associados à trilha sonora que o compõe, fazem de *Deus e o diabo na terra do sol* (1964) um grande anunciador/estimulador da revolução brasileira. Essa revolução é prevista sobretudo na cena final do filme, quando Corisco é morto e anuncia que “mais fortes são os poderes do povo”, e então a tela é invadida em plano geral com um mar que engole todo o sertão enquanto a música de Sérgio Ricardo prevê: o sertão vai virar mar.

Palavras-chave: música – metáfora - revolução

OUTRAS HISTÓRIAS E MUITAS MEMÓRIAS: breves considerações sobre a Ditadura civil-militar em Ilhéus 1964-1974. Maíza Ferreira dos Santos

Universidade Estadual de Santa Cruz.

O presente trabalho tem como proposta efetuar uma breve discussão sobre a Ditadura civil-militar na cidade Ilhéus entre os anos de 1964 – 1974 e contribuir na desconstrução de uma memória hegemônica, ainda existente na cidade de Ilhéus, que insiste em apagar as ações do regime *autocrático* na região. Entre outros, a realização de uma operação militar que desarticulou a célula do Partido Comunista do Brasil – PCdoB em Ilhéus. Nessa perspectiva, serão abordadas algumas ações das forças armadas, o amplo apoio de instituições educacionais, religiosas e figuras públicas da sociedade ilheense que não se eximiram de tomar partido no momento traumático da nossa História. Para desenvolver tal pesquisa foi realizada leitura do jornal Diário da Tarde, o mais significativo jornal de circulação local naquele período, do processo Brasil Nunca Mais e de entrevista realizada com um ex-militante do PCdoB que foi preso político na Ditadura brasileira.

Palavras-Chave: Ditadura civil-militar; *Operação Cacau*; Memórias.